



ÓRGÃO OFICIAL

MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Rua Fernando de Abreu, nº 18, Centro – Rio Novo do Sul/ES – Cep: 29290-000
Tel./Fax (28)3533-1780 – CNPJ: 27.165.711/0001-72

Rio Novo do Sul/ES – 17 DE AGOSTO DE 2023 – EDIÇÃO N.º 637

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL Lei Orgânica do Município de Rio Novo do Sul-ES Art. 84 Lei N.º. 205/2003 de 19 de Dezembro de 2003

ATOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

EDIÇÃO N.º 637

LEI

LEI N.º 980, DE 25 DE JULHO DE 2023.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, conforme determina o art. 30 da Constituição Federal, bem como no inciso I do art. 71 da Lei Orgânica Municipal, e demais normas que regem a matéria, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1.º O Orçamento do Município de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo, para o exercício de 2024, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos da presente Lei, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2.º, da Constituição Federal, do art. 4.º, da Lei Complementar n.º 101/2000, e na Lei Orgânica Municipal, compreendendo:

- I - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - A estrutura e organização dos orçamentos;
- III - As diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - As diretrizes para execução da Lei Orçamentária Anual;
- V - As disposições relativas com despesas de pessoal e encargos sociais;
- VI - As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e
- VII - As disposições finais.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2.º As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2024 são aquelas estabelecidas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei - Anexo I, em consonância com o Planejamento da ação governamental pelo Plano Plurianual 2022/2025, tendo como prioridades:

- I - A universalização e o acesso aos direitos fundamentais básicos de educação e saúde de qualidade, habitação e saneamento básico, e promoção das políticas públicas de assistência social e proteção especial a criança e adolescentes;
- II - O desenvolvimento econômico com ênfase na redução das desigualdades e a ampliação das oportunidades de trabalho digno, através de programas de desenvolvimento autossustentável, de apoio ao desenvolvimento local e de promoção do turismo sustentável e incentivo à industrialização;
- III - O desenvolvimento urbano com qualidade de vida e defesa do meio ambiente;
- IV - A promoção da articulação e integração entre os Órgãos e as políticas públicas, visando garantir maior eficiência à gestão;
- V - A implantação de mecanismos de participação direta da população na gestão da cidade, promovendo a transparência, o acesso às informações e a elaboração democrática das leis orçamentárias;

- VI - A disseminação do uso da tecnologia da informação como forma simplificada de acesso da comunidade aos serviços públicos;
- VII - A melhoria da qualidade do gasto público, mediante o aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento, Orçamento, Finanças e Controle, e redução dos déficits orçamentários do Setor Público Municipal, tendo em vista o atendimento do saneamento das finanças públicas; incentivar a prática de esporte na Rede Pública Municipal de Ensino; e,
- VIII - Incentivo e investimento nas atividades Culturais e Esportivas no Município.

Parágrafo único. As metas e prioridades constantes no Anexo de Metas e Prioridades desta Lei terão precedência na alocação de recursos no orçamento de 2024, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3.º O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo classificação funcional programática, especificando para cada projeto, atividade ou operação especial de valores da despesa por natureza, grupo, modalidade de aplicação e elemento da despesa.

§ 1.º É dispensada a autorização legislativa específica para inclusão de nova fonte de recurso em elemento de despesa já previsto na ação.

§ 2.º Na indicação do grupo de despesa a que se refere o caput deste artigo será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria n.º 42 de 14 de abril de 1999 e a Portaria n.º 163 de 04 de maio de 2001 do Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Secretaria de Orçamento Federal, bem como suas posteriores alterações:

- a) Pessoal e encargos sociais (1);
- b) Juros e encargos da dívida (2);
- c) Outras despesas correntes (3);
- d) Investimentos (4);
- e) Inversões financeiras (5);
- f) Amortização da dívida (6); e
- g) Reserva de Contingência (9).

§ 3.º Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da Administração se exprimem, são aqueles constantes do Plano Plurianual 2022/2025 e suas posteriores alterações.

§ 4.º A reserva de contingência, prevista no art. 27 desta Lei, será identificada pelo dígito “9”, no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

Art. 4.º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - Função, maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público;
- II - Subfunção, como uma partição da função visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;
- III - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
- IV - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;
- V - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo; e
- VI - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1.º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis por sua realização.

§ 2.º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, subfunção, o programa de governo, a unidade e o Órgão orçamentário, às quais se vinculam.

§ 3.º As categorias de programação de que se trata esta Lei serão identificadas por programas, projetos, atividades e operações especiais.

Art. 5.º O projeto de Lei Orçamentária Anual será constituído de:

- I - Texto da Lei;
- II - Quadros orçamentários consolidados, conforme definidos no inciso II, art. 22 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964;
- III - Anexo do Orçamento Fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- IV - Demonstrativo da compatibilidade da programação do orçamento com os objetivos e metas constantes no Anexo de Metas Fiscais, em cumprimento ao art. 5.º da LC n.º 101/2000; e
- V - Demonstrativo das medidas de compensação a renúncias de receitas e ao aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme definição do art. 5.º da LRF.

Art. 6.º O Orçamento compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus Fundos e Órgãos mantidos pelo Poder Público.

Art. 7.º Para efeito no disposto nesta Lei, a proposta orçamentária do Poder Legislativo, IPASNOSUL e do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, integrarão o projeto de Lei orçamentária para fins de consolidação.

Art. 8.º O percentual da Proposta Orçamentária da Câmara Municipal deverá vir definido na Lei Orçamentária Anual e será de 7% (sete por cento) dos Impostos e Transferências Constitucionais previstos para o exercício de 2024, definidos no Anexo de Metas Fiscais que acompanha esta Lei.

Parágrafo único. Os repasses do duodécimo serão efetuados mensalmente até o dia 20 (vinte) de cada mês, calculado conforme Emenda Constitucional n.º 25, de 14 de fevereiro de 2000, tendo como base a receita efetivamente realizada no exercício anterior conforme determina o art. 29-A, da Constituição Federal.

Art. 9.º O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir programação condicionada, constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2022/2025, que tenham sido objeto de projetos de lei.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10. No Projeto de Lei Orçamentária Anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes, estimados para o exercício de 2024, conforme Anexo de Metas Fiscais - Anexo II desta Lei.

Art. 11. O orçamento do Município de Rio Novo do Sul para exercício de 2024 será elaborado visando garantir o equilíbrio fiscal e a manutenção da capacidade própria de investimento.

Parágrafo único. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução Orçamentária de 2024 deverá ser realizada de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o Princípio da Publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 12. O Poder Executivo colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, conforme estabelecido no art. 12, § 3.º, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 13. O Poder Legislativo encaminhará sua proposta orçamentária para fins de consolidação ao Poder Executivo até 30 de AGOSTO do corrente.

Art. 14. O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual nos termos do art. 135, § 5.º da Lei Orgânica Municipal, até 30 de setembro do corrente.

Art. 15. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus Créditos Adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 16. Na programação da despesa serão observadas restrições no sentido de:

I - Nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - Não poderão ser incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial, exceto os casos de calamidade pública formalmente reconhecida, na forma do art. 167, § 3.º, da Constituição Federal;

III - Nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

IV - Atividades e propagandas político-partidárias;

V - Objetivos ou campanhas estranhas às atribuições legais do Poder Executivo;

VI - Obras de grande porte, sem comprovação da clara necessidade social, que pelo volume de recursos demandados venham a comprometer o equilíbrio das finanças municipais;

VII - Pagamento, a qualquer título, de servidor da administração pública municipal por serviços de consultoria ou assistência técnica;

VIII - Auxílios a entidades privadas com fins lucrativos;

IX - Pagamento, auxílio ou subvenção, a qualquer título, a entidades instituídas, controladas ou que possuam em seus quadros, agentes políticos no exercício de mandato eletivo;

X - Pagamento, auxílio ou subvenção, a qualquer título, a entidades com fins lucrativos ou empresas privadas, que tenham em seus quadros acionários ou diretos, participação das autoridades do município abaixo listadas, bem como do cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau:

a) do prefeito;

b) do vice-prefeito;

c) de vereador;

d) de secretário;

e) do procurador geral;

f) do controlador geral;

g) de dirigente de qualquer órgão da administração direta, indireta ou autárquica ou fundacional.

Art. 17. Na programação dos investimentos em novos projetos somente serão incluídos na Lei Orçamentária Anual depois de atendidos os em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada à contrapartida das operações de crédito.

Parágrafo único. Os investimentos deverão apresentar viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental.

Art. 18. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual e suas posteriores alterações ou em Lei que autorize sua inclusão.

Art. 19. As dotações a título de Subvenções Sociais e Auxílios a Entidades privadas sem fins lucrativos, a serem incluídas na Lei Orçamentária Anual e em seus respectivos créditos adicionais serão autorizadas através de Lei específica, obedecerão ao disposto no art. 16 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e serão definidas em Anexo integrante da Lei Orçamentária Anual.

§ 1.º O Anexo que trata este artigo discriminará a Instituição a ser beneficiada, devendo conter no mínimo o nome e identificação completa do beneficiado.

§ 2.º É vedada a inclusão de dotações a título de auxílio para Instituições privadas, ressalvadas as de caráter assistencial, comunitária, médico, educacional e cultural, sem finalidade lucrativa, que definidas conforme caput deste artigo, e que tenham aprovadas as prestações de contas dos recursos recebidos.

Art. 20. Para atendimentos do art. 19 desta Lei, as Entidades privadas sem fins lucrativos deverão apresentar declaração emitida pelo Ministério Público Estadual no exercício de 2023, comprovando funcionamento regular no último ano, bem como o comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 21. O projeto de Lei Orçamentária deverá conter autorização para abertura de créditos suplementares, até o limite de 20% (vinte por cento) do total da proposta orçamentária, com transposição, transferência e remanejamento de dotações orçamentárias em cada Secretaria ou de uma para outra, utilizando os recursos previstos no art. 43, § 1º, inciso I, II e III da Lei Federal 4.320/64, sendo regulamentados por Decretos de competência do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Cópias dos Decretos de abertura de Créditos Suplementares autorizados na Lei Orçamentária deverão ser encaminhadas à Câmara Municipal junto com a Prestação de Contas Mensal, no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, importando em crime de responsabilidade o não atendimento a este dispositivo.

Art. 22. As fontes de recursos e as modalidades de aplicação aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica operacional ou econômica da execução do crédito na modalidade prevista na Lei Orçamentária.

Art. 23. A proposta orçamentária anual atenderá as Diretrizes Gerais e aos Princípios da Unidade, Universalidade e Anuidade, não podendo o montante da despesa fixada exceder à previsão da Receita para o exercício.

Art. 24. As receitas e despesas poderão ter seus valores corrigidos, em 01 de janeiro de 2024 por índice oficial, caso o índice de inflação do exercício de 2023 seja superior a 15% (quinze por cento).

Art. 25. O Município destinará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos do art. 212 da Constituição Federal.

Art. 26. O Município aplicará no mínimo 15% (quinze por cento) das receitas do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156, e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3.º, todos da Constituição Federal, na saúde, em cumprimento a Emenda Constitucional n.º 29 de 13 de setembro de 2000.

Art. 27. A dotação destinada para Reserva de Contingência será fixada em montante não superior a 1% (um por cento) da receita corrente líquida do exercício de 2024, e será utilizada para atender os passivos contingentes descritos no Anexo de Riscos Fiscais - Anexo III - desta Lei e outros riscos, e eventos fiscais que possam surgir no decorrer da execução orçamentária do exercício de 2024.

Parágrafo único. A proposta Orçamentária para o exercício de 2024 poderá conter, além da reserva de contingência destinada exclusivamente para atender riscos ou passivos fiscais, outra reserva de contingência destinada a atender possíveis eventualidades ou servir como fonte para abertura de Créditos Suplementares. As dotações fixadas para reserva de contingências deverão ser evidenciadas de forma distinta na proposta orçamentária.

Art. 28. Somente serão incluídas, na Lei Orçamentária para o exercício de 2024, dotações para pagamento com juros, encargos e amortização de dívidas decorrente de operações de crédito contratadas e autorizadas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei à Câmara Municipal.

Parágrafo único. A estimativa de receita de operações de crédito, para o exercício de 2024, terá como limite máximo a folga resultante da combinação das Resoluções 40/01 e 43/01, do Senado Federal.

Art. 29. Será incluída no Orçamento, dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de Sentenças Judiciais transitadas em julgado, constantes de Precatórios Judiciais, desde que apresentadas ao Poder Executivo até 01 de julho do corrente ano.

Art. 30. A aplicação de recursos de royalties decorrentes de lei obedecerá ao disposto na lei federal n.º 7.990/1989.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 31. No exercício de 2024, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, poderão, mediante prévia autorização Legislativa, ser concedidas quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar n.º 101/2000.

§ 1.º A despesa total do Poder Executivo e Legislativo terá como limites para pessoal e encargos sociais, o disposto na Lei Complementar n.º 101/2000.

§ 2.º Os Órgãos próprios do Poder Legislativo e do Poder Executivo assumirão em seus âmbitos as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

§ 3.º O saldo de caixa existente na Câmara Municipal de Rio Novo do Sul, ao final do exercício financeiro, será restituído na forma do § 2º, do artigo 168 da Constituição Federal.

Art. 32. No exercício de 2024, a realização de horas extras, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos, especialmente voltados para as áreas de Saúde e Educação, que gerem situações emergenciais de risco ou prejuízo para a sociedade.

Art. 33. Se a despesa com pessoal do Poder Executivo, durante o exercício de 2024, ultrapassar os limites estabelecidos na Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000, o percentual excedente será eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se entre outras providências:

I - Redução de horas extras;

II - Redução de pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão;

III - Exoneração dos servidores não estáveis.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. A Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só poderá ser editada se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar n.º 101/2000.

Parágrafo único. Aplica-se à Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 35. A concessão ou ampliação de incentivo ou qualquer benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, parcial ou total, deverá ser precedida nos termos do art. 14, da Lei Complementar n.º 101/2000, e em havendo qualquer ato administrativo que o conceda, deverá após, ser submetido à Câmara Municipal para homologação, sob pena de nulidade havendo o seu descumprimento.

Art. 36. Na estimativa das receitas constantes do Projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos das propostas de alterações na Legislação Tributária.

Art. 37. Na hipótese de alteração na Legislação Tributária, posterior ao encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual ao Poder Legislativo e que implique em excesso de arrecadação, nos termos da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de Março de 1964, quanto à estimativa de receita constante do referido Projeto de Lei, os recursos correspondentes deverão ser incluídos por ocasião da tramitação do mesmo na Câmara Municipal.

Parágrafo único. Caso a alteração mencionada no caput deste artigo ocorra posteriormente à aprovação da Lei pelo Poder Legislativo, os recursos correspondentes deverão ser objeto de autorização Legislativa.

CAPÍTULO VII

DO REGIME DE EXECUÇÃO OBRIGATÓRIA DA PROGRAMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 38. A administração pública municipal tem o dever de executar as programações orçamentárias, por intermédio dos meios e das medidas necessárias, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

§ 1º O disposto no caput:

I – Subordina-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas e não impede o cancelamento necessário à abertura de créditos adicionais;

II – Não se aplica nas hipóteses de impedimentos de ordem técnica devidamente justificados; e

III – Aplica-se exclusivamente às despesas primárias discricionárias, no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

§ 2º Para fins do disposto no caput, entende-se como programação orçamentária o detalhamento da despesa por função, subfunção, unidade orçamentária, programa, ação e subtítulo.

§ 3º O dever de execução a que se referem o caput deste artigo e o § 10 do art. 165 da Constituição Federal corresponde à obrigação do gestor de adotar as medidas necessárias para executar as dotações orçamentárias disponíveis, nos termos do disposto no § 2º, referentes a despesas primárias discricionárias, inclusive aquelas resultantes de alterações orçamentárias, e compreende:

I – A realização do empenho até o término do exercício financeiro, exceto na hipótese prevista no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, em que deverá ser realizado até o término do exercício financeiro subsequente, observados os princípios da legalidade, da eficiência, da eficácia, da efetividade e da economicidade; e

II – A liquidação e o pagamento, admitida a inscrição em restos a pagar regulamentada em ato do Poder Executivo municipal.

§ 4º O empenho abrangerá a totalidade ou a parcela da obra que possa ser executada no exercício financeiro ou dentro do prazo de validade dos restos a pagar.

Art. 39. Para fins do disposto no inciso II do § 11 do art. 165 e no § 13 do art. 166 da Constituição Federal, entende-se como impedimento de ordem técnica a situação ou o evento de ordem fática ou legal que obsta ou suspende a execução da programação orçamentária.

§ 1º O dever de execução das programações estabelecido no § 10 do art. 165 e no § 11 do art. 166 da Constituição Federal não impõe a execução de despesa no caso de impedimento de ordem técnica.

§ 2º São consideradas hipóteses de impedimentos de ordem técnica, sem prejuízo de outras posteriormente identificadas em ato do Poder Executivo municipal:

I – A ausência de projeto de engenharia aprovado pelo órgão setorial responsável pela programação, nos casos em que for necessário;

II – A ausência de licença ambiental prévia, nos casos em que for necessária;

III – A não comprovação, por parte dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, quando a cargo do empreendimento após a sua conclusão, da capacidade de aportar recursos para sua operação e sua manutenção;

IV – A não comprovação de que os recursos orçamentários e financeiros sejam suficientes para conclusão do projeto e de etapa útil, com funcionalidade que permita o imediato usufruto dos benefícios pela sociedade;

V – A incompatibilidade com a política aprovada no âmbito do órgão setorial responsável pela programação;

VI – A incompatibilidade do objeto da despesa com os atributos da ação orçamentária e do respectivo subtítulo; e

VII – Os impedimentos cujo prazo para superação inviabilize o empenho dentro do exercício financeiro.

Art. 40. As justificativas para a inexecução das programações orçamentárias primárias discricionárias serão elaboradas pelos gestores responsáveis pela execução das respectivas programações, nos órgãos setoriais e nas unidades orçamentárias, e comporão os relatórios de prestação de contas anual do poder Executivo.

CAPITULO VIII

DAS PROGRAMAÇÕES INCLUÍDAS OU ACRESCIDAS POR EMENDAS

Art. 41. Para fins do disposto nesta Lei e na Lei Orçamentária de 2024, entendem-se como programações incluídas ou acrescidas por meio de emendas aqueles referentes às despesas primárias discricionárias classificadas com identificador de resultado primário.

Art. 42. É obrigatório a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa e observados os limites constitucionais, das programações decorrentes de emendas individuais (RP 6).

§ 1º Considera-se equitativa a execução das programações que observe critérios objetivos e imparciais, independentemente de sua autoria.

§ 2º A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o caput compreende, cumulativamente, o empenho e o pagamento, observado o disposto no § 18 do art. 166 da Constituição Federal.

§ 3º Se for verificado que a reestimativa e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado primário estabelecido nesta Lei, os montantes de execução obrigatória das programações poderão ser reduzidos até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas primárias discricionárias.

§ 4º As programações orçamentárias previstas nos §§ 11 e 12 do art. 166 da Constituição Federal não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica, hipótese em que se aplicará o disposto nos arts. 39 e 40.

Art. 43. As emendas individuais e coletivas somente poderão alocar recursos para programação de natureza discricionária.

Art. 44. Observado o disposto nesta Seção, os procedimentos e os prazos referentes às programações decorrentes de emendas serão definidos por ato próprio do Poder Executivo municipal, no prazo de quarenta e cinco dias, contado da data de publicação da Lei Orçamentária de 2024.

CAPITULO IX

DAS PROGRAMAÇÕES INCLUÍDAS OU ACRESCIDAS POR EMENDAS INDIVIDUAIS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NOS § 9º E 11 DO ART. 166 DA CONSTITUIÇÃO

Art. 45. Em atendimento ao disposto no § 14 do art. 166 da Constituição Federal, com o fim de viabilizar a execução das programações incluídas por emendas individuais de execução obrigatória, serão observados os seguintes procedimentos e prazos:

I – Até quinze dias para que os autores de emendas individuais indiquem beneficiários e ordem de prioridade, contados da data de publicação da Lei Orçamentária ou da data de início da sessão legislativa de 2024, prevalecendo a data que ocorrer por último;

II – Até cento e dez dias para divulgação dos programas e das ações pelas concedentes, cadastramento e envio das propostas pelos proponentes, análise e ajustes das propostas e registro e divulgação de impedimento de ordem técnica, e publicidade das propostas em sítio eletrônico, contados do término do prazo previsto no inciso I;

III – Até dez dias para que os autores das emendas individuais solicitem o remanejamento para outras emendas de sua autoria, no caso de impedimento parcial ou total, ou para uma programação constante da Lei Orçamentária, no caso de impedimento total, contados do término do prazo previsto no inciso II;

IV – Até trinta dias para que o Poder Executivo municipal edite ato para promover os remanejamentos solicitados, contados do término do prazo previsto no inciso III; e

V – Até dez dias para que as programações remanejadas sejam registradas, contados do término do prazo previsto no inciso IV.

§ 1º Do prazo previsto no inciso II do caput deverão ser destinados, no mínimo, dez dias para o envio das propostas pelos beneficiários indicados pelos autores das emendas individuais.

§ 2º Caso haja necessidade de limitação de empenho e pagamento, em observância ao disposto no § 18 do art. 166 da Constituição Federal, os valores incidirão na ordem de prioridade definida pelos autores das emendas.

§ 3º Na abertura de créditos adicionais, não poderá haver redução do montante de recursos orçamentários destinados na Lei Orçamentária e nos seus créditos adicionais, por autor, relativos a ações e serviços públicos de saúde.

§ 4º Inexistindo impedimento de ordem técnica ou tão logo o óbice seja superado, deverão os órgãos e unidade adotar os meios e medidas necessários à execução das programações, observados os limites da programação orçamentária e financeira vigente.

§ 5º Observado o disposto no § 4º, a emissão da nota de empenho não deve superar o prazo de até trinta dias, contado da data prevista no inciso II do caput.

§ 6º As emendas direcionadas às programações da Secretaria da Educação poderão alocar recursos para qualquer programação de custeio de natureza discricionária, inclusive quando destinadas a entidades privadas de natureza filantrópica, comunitária ou confessional, nos termos da lei.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 46. Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta bimestral, nos termos do art. 9º da Lei Complementar n.º 101/2000, o Chefe do Poder Executivo definirá percentuais específicos para contingenciamento das dotações de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações Constitucionais e legais do Município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará os demais Poderes, acompanhado da memória de cálculo, das premissas, dos parâmetros e da justificação do ato, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 3º O Poder Executivo demonstrará, em até 30 (trinta) dias perante o Poder Legislativo, a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes decretados.

§ 4º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - Com pessoal e encargos patronais, desde que estejam observados os limites de gastos com pessoal da LRF; e

II - Com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da LC n.º 101/2000.

Art. 47. Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2024 não seja sancionada até 31 de dezembro de 2023, o Município executará o orçamento aprovado para o exercício de 2023 em 2024, nos termos do Art. 41 desta Lei.

§ 1º Eventuais saldos negativos, apurados em consequência de emendas apresentadas ao Projeto de Lei na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, através da abertura de créditos adicionais.

§ 2º Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atender despesas com:

I - Pessoal e encargos sociais;

II - Pagamento de benefícios previdenciários;

III - Pagamento de serviço da dívida;

IV - Pagamento de compromissos correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social; e

V - Os projetos e atividades em execução em 2024, financiados com recursos oriundos de convênios, operação de créditos internos e externos, inclusive a contrapartida prevista.

Art. 48. Em consonância com o que dispõe a alínea “e”, inciso I, art. 4º, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de Maio de 2000, a Administração Pública Municipal desenvolverá sistema de controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos orçamentários.

Art. 49. Caso o Projeto de Lei referente à proposta orçamentária anual não seja aprovado até o término da Sessão Legislativa, a Câmara Municipal, após ser convocada extraordinariamente, incluirá a proposição na Ordem do Dia, sobrestando-se as demais proposições, até que ultime a votação, aprovando-o ou rejeitando-o.

Art. 50. Caso o Projeto de Lei encaminhado para apreciação do Legislativo Municipal for rejeitado em sua totalidade o Município executará o orçamento aprovado para o exercício de 2023 em 2024, tendo seus valores originalmente aprovados e corrigidos pela inflação do ano de 2023, sendo este aberto por Decreto Municipal.

Art. 51. O Poder Executivo poderá firmar Convênio com outras esferas de Governo e Entidades Filantrópicas, para desenvolvimento de programa prioritários nas áreas da Educação, Cultura, Saúde, Saneamento, Assistência Social, Agropecuária, Habitação, Agricultura, Esporte, Segurança, Turismo e Transportes, mediante prévia autorização do Poder Legislativo.

Art. 52. O Poder Executivo poderá celebrar Convênios e/ou Termo de Cooperação Técnica com Consórcios Intermunicipais que visem o desenvolvimento do Município, desde que sejam aprovados através de Lei Específica.

Art. 53. O Poder Executivo nos termos da Constituição Federal e mediante prévia autorização legislativa, poderá:

- I - Realizar operações de crédito até o limite estabelecido na lei, inclusive alienação de bens móveis e imóveis;
- II - Realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da legislação em vigor;
- III - Abrir crédito suplementar e adicional, desde que com indicação dos recursos correspondentes;
- IV - Transpor, remanejar ou transferir recursos, para cobertura de Créditos Adicionais de que se trata o inciso III.

Parágrafo único. A reabertura de Créditos Especiais e Extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2.º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal.

Art. 54. Para os efeitos do § 3.º do art. 16, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de Maio de 2000, entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse para bens e serviços os limites dos incisos I e II do art. 24, da Lei n.º 8.666, de 02 de Junho de 1993.

Art. 55. O Poder Executivo publicará, no prazo de 30 (trinta) dias após a aprovação da Lei Orçamentária Anual, no Órgão Oficial do Município e/ou outra adotada pelo Município, o quadro de detalhamento da Despesa - QDD, discriminado a despesa por elemento, conforme unidade orçamentária e respectivos projetos e atividades.

Art. 56. Nos termos dos arts. 8.º e 13 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de Maio de 2000, o Poder Executivo deverá elaborar e publicar até (30) trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual de 2024, o cronograma anual de desembolso mensal elaborado por no mínimo grupo de despesa, bem como as metas bimestrais de arrecadação.

Art. 57. Através de ato próprio, o Poder Executivo poderá editar normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos, conforme estabelece o art. 4.º da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 58. Durante o exercício de 2024, o Poder Executivo observará na execução orçamentária, financeira e patrimonial, as regras do Controle Interno conforme estabelece o art. 74 da Constituição Federal e os termos do art. 51 da Lei Orgânica Municipal, bem como em total observância as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Art. 59. O Poder Executivo poderá, mediante prévia autorização legislativa, promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao Poder Público Municipal.

Art. 60. O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao Poder Legislativo, Projeto de Lei propondo alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 e na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024, com o objetivo de adequação das metas e prioridades da Administração Pública Municipal com o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025.

Parágrafo único. As alterações mencionadas no caput deste artigo poderão ocorrer durante o exercício financeiro de 2024, compreendendo os Poderes do Município, seus Fundos e Órgãos mantidos pelo Poder Público.

Art. 61. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos Projetos de Lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais.

Art. 62. O Poder Executivo deverá encaminhar à Câmara Municipal os balancetes bimestrais da Execução Orçamentária da Receita e da Despesa, no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, importando em crime de responsabilidade o não atendimento a este dispositivo.

Art. 63. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,

Rio Novo do Sul (ES), 25 de julho de 2023.

JOCENEI MARCONCINI CASTELARI
Prefeito Municipal

Lei de autoria do Poder Executivo.

ANEXOS DA LEI Nº 980 DE 25 DE JULHO DE 2023

MUNICIPIO DE RIO NOVO DO SUL - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
LEI: 0 LDO: 2024

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Calamidade Publica	350.000,00	CRÉDITO ADICIONAL	350.000,00
SUBTOTAL	350.000,00	SUBTOTAL	350.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
FRUSTAÇÃO DE RECEITA	150.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHOS	150.000,00
SUBTOTAL	150.000,00	SUBTOTAL	150.000,00
TOTAL	500.000,00	TOTAL	500.000,00

5001 - Sistema Municipal de Contas e Finanças - 27/04/2023, às 13:43:20

JOCENEI MARCONCINI
CASTELARI:083656427
86

Assinado de forma digital por
JOCENEI MARCONCINI
CASTELARI:08365642786
Dados: 2023.04.28 08:44:49
-03'00'

Jocenei Marconcini Castelari
Prefeito Municipal

RONALDO LOUZADA
DA
SILVA:89653564749

Assinado de forma digital por
RONALDO LOUZADA DA
SILVA:89653564749
Dados: 2023.04.28 08:51:12 -03'00'

Ronaldo Louzada da Silva
Técnico Contábil
CRC nº 009926/0

Aridelson Giovaneli
Sec. Finanças

MUNICIPIO DE RIO NOVO DO SUL - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

LEI: 0 LDO: 2024

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
Receita Total	60.164.882,27	57.491.526,30	0,030	100,275	57.110.690,14	52.148.152,05	0,027	94,242	57.110.690,14	49.831.025,17	0,026	93,309
Receitas Primárias (I)	59.584.509,82	56.936.942,02	0,029	99,308	56.559.779,55	51.645.111,92	0,027	93,333	56.559.779,55	49.350.336,89	0,025	92,409
Receitas Primárias Correntes	59.584.509,82	56.936.942,02	0,029	99,308	56.559.779,55	51.645.111,92	0,027	93,333	56.559.779,55	49.350.336,89	0,025	92,409
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.882.069,67	8.487.405,32	0,004	14,803	8.431.182,94	7.698.569,37	0,004	13,913	8.431.182,94	7.356.494,70	0,004	13,775
Contribuições	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Transferências Correntes	50.722.028,95	48.468.255,09	0,025	84,537	48.147.191,01	43.963.521,22	0,023	79,451	48.147.191,01	42.010.066,44	0,022	78,664
Demais Receitas Primárias Correntes	(19.588,80)	(18.718,40)	0,000	-0,033	(18.594,40)	(16.978,67)	0,000	-0,031	(18.594,40)	(16.224,25)	0,000	-0,030
Receitas Primárias de Capital	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesa Total	53.572.583,28	51.192.148,38	0,026	89,288	50.853.040,63	46.434.250,55	0,024	83,916	50.853.040,63	44.371.012,52	0,023	83,085
Despesas Primárias (II)	52.558.793,67	50.223.405,32	0,026	87,598	49.890.714,74	45.555.544,36	0,024	82,328	49.890.714,74	43.531.350,36	0,022	81,513
Despesas Primárias Correntes	49.313.607,34	47.122.415,04	0,024	82,189	46.810.266,08	42.742.766,15	0,022	77,245	46.810.266,08	40.843.553,83	0,021	76,480
Pessoal e Encargos Sociais	25.616.195,85	24.477.970,23	0,013	42,694	24.315.822,92	22.202.940,08	0,011	40,125	24.315.822,92	21.216.384,90	0,011	39,728
Outras Despesas Correntes	23.697.411,49	22.644.444,81	0,012	39,496	22.494.443,16	20.539.826,07	0,011	37,120	22.494.443,16	19.627.168,93	0,010	36,752
Despesas Primárias de Capital	3.245.186,33	3.100.990,28	0,002	5,409	3.080.448,66	2.812.778,22	0,001	5,083	3.080.448,66	2.687.796,53	0,001	5,033
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (III) = (I - II)	7.025.716,15	6.713.536,69	0,003	11,710	6.669.064,81	6.089.567,56	0,003	11,005	6.669.064,81	5.818.986,53	0,003	10,896
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	7.025.716,15	6.713.536,69	0,003	11,710	6.669.064,81	6.089.567,56	0,003	11,005	6.669.064,81	5.818.986,53	0,003	10,896
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Receitas Primárias Advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias Advindas de PPP (VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 27/04/2023 , às 13:44:00

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2024	2025	2026
PIB real (crescimento % anual)	1,00	1,00	1,00
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	2,74	2,50	2,30
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	0,00	0,00	0,00
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,65	4,65	4,65
Projeção do PIB do Estado - R\$ 1,00	202.837.234.000,00	212.269.166.000,00	222.139.682.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	60.000.000,00	60.600.000,00	61.206.000,00

MUNICIPIO DE RIO NOVO DO SUL - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

LEI: 0 LDO: 2024

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2024	2025	2026
Valor Corrente / 1,0465	Valor Corrente / 1,0952	Valor Corrente / 1,1461

<p>JOCENEI MARCONCINI Assinado de forma digital por CASTELARI:08365642786 86 Dados: 2023.04.28 08:45:13 -03'00'</p> <hr/> <p>Jocenei Marconcini Castelari Prefeito Municipal</p>	<p>RONALDO LOUZADA Assinado de forma digital por DA SILVA:89653564749 Dados: 2023.04.28 08:51:34 -03'00'</p> <hr/> <p>Ronaldo Louzada da Silva Técnico Contábil CRC nº 009926/0</p>	<hr/> <p>Aridelson Giovaeli Sec. Finanças</p>
--	---	---

MUNICIPIO DE RIO NOVO DO SUL - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

LEI: 0 LDO: 2024

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, §2º, Inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2022 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2022 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	53.034.438,83	0,040	88,705	66.094.463,25	0,048	110,549	13.060.024,42	24,626
Receitas Primárias (I)	56.733.488,63	0,042	94,892	61.960.302,28	0,045	103,634	5.226.813,65	9,213
Despesa Total	53.034.438,83	0,040	88,705	63.375.985,86	0,046	106,002	10.341.547,03	19,500
Despesas Primárias (II)	73.600.591,89	0,055	123,104	59.497.586,24	0,043	99,515	(14.103.005,65)	-19,162
Resultado Primário (III) = (I - II)	(16.867.103,26)	-0,013	-28,212	2.462.716,04	0,002	4,119	19.329.819,30	-114,601
Resultado Nominal	(16.867.103,26)	-0,013	-28,212	4.827.152,15	0,003	8,074	21.694.255,41	-128,619
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,000	0,000	1.639.030,54	0,001	2,741	1.639.030,54	0,000
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,000	0,000	(23.832.816,66)	-0,017	-39,863	(23.832.816,66)	0,000

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2022

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2022	134.154.174.000,00
valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2022	138.446.000.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 27/04/2023 , às 13:44

JOCENEI
MARCONCINI
CASTELARI:08365642
786

Assinado de forma digital
por JOCENEI MARCONCINI
CASTELARI:08365642786
Dados: 2023.04.28 08:45:33
-03'00'

Jocenei Marconcini Castelari
Prefeito Municipal

RONALDO
LOUZADA DA
SILVA:89653564749

Assinado de forma digital
por RONALDO LOUZADA
DA SILVA:89653564749
Dados: 2023.04.28
08:51:53 -03'00'

Ronaldo Louzada da Silva
Técnico Contábil
CRC nº 009926/0

Aridelson Giovaneli
Sec. Finanças

MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

LEI: 0 LDO: 2024

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	44.138.250,00	53.034.438,83	20,16	57.621.498,00	-12,82	60.164.882,27	4,41	57.110.690,14	-5,08	57.110.690,14	0,00
Receitas Primárias (I)	0,00	56.733.488,63	0,00	56.554.318,09	-8,73	59.584.509,82	5,36	56.559.779,55	-5,08	56.559.779,55	0,00
Despesa Total	44.138.250,00	53.034.438,83	20,16	57.621.498,00	-9,08	53.572.583,28	-7,03	50.853.040,63	-5,08	50.853.040,63	0,00
Despesas Primárias (II)	0,00	73.600.591,89	0,00	52.505.566,99	-11,75	52.558.793,67	0,10	49.890.714,74	-5,08	49.890.714,74	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	0,00	(16.867.103,26)	0,00	4.048.751,10	64,40	7.025.716,15	73,53	6.669.064,81	-5,08	6.669.064,81	0,00
Resultado Nominal	0,00	(16.867.103,26)	0,00	4.048.751,10	-16,13	7.025.716,15	73,53	6.669.064,81	-5,08	6.669.064,81	0,00
Dívida Pú	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	48.338.547,39	55.500.540,24	43,09	57.621.498,00	-16,69	57.491.526,30	-0,23	52.148.152,05	-9,29	49.831.025,17	-4,44
Receitas Primárias (I)	0,00	59.371.595,85	0,00	56.554.318,09	-12,78	56.936.942,02	0,68	51.645.111,92	-9,29	49.350.336,89	-4,44
Despesa Total	48.338.547,39	55.500.540,24	37,21	57.621.498,00	-13,12	51.192.148,38	-11,16	46.434.250,55	-9,29	44.371.012,52	-4,44
Despesas Primárias (II)	0,00	77.023.019,41	0,00	52.505.566,99	-15,67	50.223.405,32	-4,35	45.555.544,36	-9,29	43.531.350,36	-4,44
Resultado Primário (III) = (I - II)	0,00	(17.651.423,56)	0,00	4.048.751,10	57,10	6.713.536,69	65,82	6.089.567,56	-9,29	5.818.986,53	-4,44
Resultado Nominal	0,00	(17.651.423,56)	0,00	4.048.751,10	-19,85	6.713.536,69	65,82	6.089.567,56	-9,29	5.818.986,53	-4,44
Dívida Pú	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2021	2022	2023*	2024*	2025	2026
10,06	4,65	4,65	4,65	4,65	4,65

*Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE.

SOFT Sistema Municipal de Contas em 27/04/2023, às 13:45:52

<p>JOCENEI MARCONCINI CASTELARI:083656427 86</p> <p>Assinado de forma digital por JOCENEI MARCONCINI CASTELARI:08365642786 Dados: 2023.04.28 08:45:55 -03'00'</p> <p>_____ Jocenei Marconcini Castelari Prefeito Municipal</p>	<p>RONALDO LOUZADA DA SILVA:89653564749</p> <p>Assinado de forma digital por RONALDO LOUZADA DA SILVA:89653564749 Dados: 2023.04.28 08:52:14 -03'00'</p> <p>_____ Ronaldo Louzada da Silva Técnico Contábil CRC nº 009926/0</p>	<p>Aridelson Giovaneli</p> <p>_____ Aridelson Giovaneli Sec. Finanças</p>
--	---	---

MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

LEI: 0 LDO: 2024

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PREFEITURA CONSOLIDADO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	89.773.617,22	100,000	83.121.515,76	100,000	73.045.599,72	100,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Resultado Acumulado	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Total	89.773.617,22	100%	83.121.515,76	100%	73.045.599,72	100%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Total	0,00	100%	0,00	100%	0,00	100%

60115 Sistema Municipal de Contas e Finanças - 27/04/2023, às 13:46:53

JOCENEI MARCONCINI
CASTELARI:083656427
86

Assinado de forma digital por
JOCENEI MARCONCINI
CASTELARI:08365642786
Dados: 2023.04.28 08:46:14
-03'00'

Jocenei Marconcini Castelari
Prefeito Municipal

RONALDO
LOUZADA DA
SILVA:89653564749

Assinado de forma digital
por RONALDO LOUZADA
DA SILVA:89653564749
Dados: 2023.04.28 08:52:36
-03'00'

Ronaldo Louzada da Silva
Técnico Contábil
CRC nº 009926/0

Aridelson Giovaneli
Sec. Finanças

MUNICIPIO DE RIO NOVO DO SUL - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

LEI: 0 LDO: 2024

AMF - Demonstrativo 5 (Lrf, art. 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2022 (a)	2021 (b)	2020 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	713.150,00	613.301,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	713.150,00	613.301,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2022 (d)	2021 (e)	2020 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIAS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência de Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2022 (g) = ((Ia - II d) + III h)	2021 (h) = ((Ib - II e) + III i)	2020 (i) = ((Ic - II f)
VALOR (III)	1.326.451,00	613.301,00	0,00

50015 - Secretaria Municipal de Finanças - Rio Novo do Sul - RS - 97200-000 - 27/04/2023, às 13:48:19

JOCENEI MARCONCINI
 CASTELARI:083656427
 86

Assinado de forma digital por
 JOCENEI MARCONCINI
 CASTELARI:08365642786
 Dados: 2023.04.28 08:46:34 -03'00'

Jocenei Marconcini Castelari
 Prefeito Municipal

RONALDO
 LOUZADA DA
 SILVA:89653564749

Assinado de forma digital por
 RONALDO LOUZADA DA
 SILVA:89653564749
 Dados: 2023.04.28 08:52:57 -03'00'

Ronaldo Louzada da Silva
 Técnico Contábil
 CRC nº 009926/0

Ardelson Giovaneli
 Sec. Finanças

MUNICIPIO DE RIO NOVO DO SUL - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚCIA DA RECEITA
LEI: 0 LDO: 2024

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

Tributo	Modalidade	SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚCIA DE RECEITA PREVISTA			Compensação
			2024	2025	2026	
			0,00	0,00	0,00	
Total			0,00	0,00	0,00	-

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 27/04/2023 , às 13:49:15

JOCENEI MARCONCINI
CASTELARI:083656427
86

Assinado de forma digital por
JOCENEI MARCONCINI
CASTELARI:08365642786
Dados: 2023.04.28 08:46:53 -03'00'

Jocenei Marconcini Castelari
Prefeito Municipal

RONALDO LOUZADA
DA SILVA:89653564749

Assinado de forma digital por
RONALDO LOUZADA DA
SILVA:89653564749
Dados: 2023.04.28 08:53:19 -03'00'

Ronaldo Louzada da Silva
Técnico Contábil
CRC nº 009926/0

Aridelson Giovaneli
Sec. Finanças

MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
 LEI: 0 LDO: 2024

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
DEDUÇÃO FUNDEB	(5.092.491,53)	(6.092.626,30)	19,64	(5.522.400,00)	-9,36	(6.146.431,20)	11,30	(5.908.968,00)	-3,86	(5.908.968,00)	0,00
Receitas Correntes	(5.092.491,53)	(6.092.626,30)	19,64	(5.522.400,00)	-9,36	(6.146.431,20)	11,30	(5.908.968,00)	-3,86	(5.908.968,00)	0,00
Transferências Correntes	(5.092.491,53)	(6.092.626,30)	19,64	(5.522.400,00)	-9,36	(6.146.431,20)	11,30	(5.908.968,00)	-3,86	(5.908.968,00)	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	(2.861.572,17)	(3.557.799,80)	24,33	(3.000.400,00)	-15,67	(3.339.445,20)	11,30	(3.210.428,00)	-3,86	(3.210.428,00)	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	(2.230.919,36)	(2.534.826,50)	13,62	(2.522.000,00)	-0,51	(2.806.986,00)	11,30	(2.698.540,00)	-3,86	(2.698.540,00)	0,00
TOTAL DA RECEITA	50.500.037,67	66.262.000,19	31,21	57.624.498,00	-13,04	60.198.272,27	4,47	60.238.842,25	0,07	60.238.842,25	0,00
RECEITAS CORRENTES (I)	46.627.530,70	63.282.575,08	35,72	57.511.498,00	-9,12	60.055.808,27	4,42	60.101.882,25	0,08	60.101.882,25	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	472.588,00	2.364.436,11	400,32	999.079,91	-57,75	414.424,15	-58,52	398.146,81	-3,93	398.146,81	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	46.154.942,70	60.918.138,97	31,99	56.512.418,09	-7,23	59.641.384,12	5,54	59.703.735,44	0,10	59.703.735,44	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	3.577.479,29	2.811.888,17	-21,40	110.000,00	-96,09	122.430,00	11,30	117.700,00	-3,86	117.700,00	0,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	913.301,00	713.150,00	-21,92	110.000,00	-84,58	122.430,00	11,30	117.700,00	-3,86	117.700,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	2.664.178,29	2.098.738,17	-21,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	48.819.120,99	63.016.877,14	29,08	56.512.418,09	-10,32	59.641.384,12	5,54	59.703.735,44	0,10	59.703.735,44	0,00

50 NT Sistema Municipal de Contas em Arquivo 27/04/2023, às 13:52:48

<p>JOCENEI MARCONCINI Assinado de forma digital por JOCENEI MARCONCINI CASTELARI:0836564278 CASTELARI:08365642786 Dados: 2023.04.28 08:47:13 +03'00'</p> <hr/> <p>Jocenei Marconcini Castelari Prefeito Municipal</p>	<p>RONALDO LOUZADA Assinado de forma digital por RONALDO LOUZADA DA SILVA:89653564749 Dados: 2023.04.28 08:53:40 -03'00'</p> <hr/> <p>Ronaldo Louzada da Silva Técnico Contábil CRC nº 009926/0</p>
<p>ridelson Giovaneli Sec. Finanças</p>	

MUNICIPIO DE RIO NOVO DO SUL - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO
 LEI: 0 LDO: 2024

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Despesas											
DESPESAS CORRENTES	36.522.115,40	54.072.070,43	48,05	52.148.223,30	-3,56	55.940.409,33	7,27	56.197.124,20	0,46	57.197.124,20	1,78
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.280.230,95	28.688.415,67	41,46	30.158.142,84	5,12	25.616.195,85	-15,06	24.315.822,92	-5,08	24.315.822,92	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.113,00	11,30	1.056,50	-5,08	1.056,50	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.241.884,45	25.383.654,76	56,29	21.989.080,46	-13,37	30.323.100,48	37,90	31.880.244,78	5,14	32.880.244,78	3,14
DESPESAS DE CAPITAL	7.120.715,27	9.303.915,43	30,66	3.061.412,52	-67,10	3.245.186,33	6,00	3.080.448,66	-5,08	3.080.448,66	0,00
INVESTIMENTOS	6.936.012,90	9.070.173,78	30,77	2.626.412,52	-71,04	2.761.031,33	5,13	2.620.871,16	-5,08	2.620.871,16	0,00
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	184.702,37	233.741,65	26,55	435.000,00	86,10	484.155,00	11,30	459.577,50	-5,08	459.577,50	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	2.411.862,18	0,00	1.012.676,61	-58,01	961.269,39	-5,08	961.269,39	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	2.411.862,18	0,00	1.012.676,61	-58,01	961.269,39	-5,08	961.269,39	0,00

MUNICIPIO DE RIO NOVO DO SUL - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO
 LEI: 0 LDO: 2024

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA						
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	
Receitas												
ARRECADADORA	55.297.501,52	70.418.541,27	9,32	61.309.829,17	-105,57	66.324.669,47	19,47	66.128.550,25	-4,15	66.128.550,25	0,00	
Receitas Correntes	51.720.022,23	67.606.653,10	30,72	61.199.829,17	-9,48	66.202.239,47	8,17	66.010.850,25	-0,29	66.010.850,25	0,00	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.976.896,45	5.015.213,81	0,77	7.980.296,20	59,12	8.882.069,67	11,30	8.538.916,93	-3,86	8.538.916,93	0,00	
Impostos	3.651.313,45	3.538.535,47	-3,09	6.346.096,20	79,34	7.063.205,07	11,30	6.790.322,93	-3,86	6.790.322,93	0,00	
Taxas	460.309,98	516.203,14	12,14	639.200,00	23,83	711.429,60	11,30	683.944,00	-3,86	683.944,00	0,00	
Contribuição de Melhoria	865.273,02	960.475,20	11,00	995.000,00	3,59	1.107.435,00	11,30	1.064.650,00	-3,86	1.064.650,00	0,00	
Contribuições	0,00	1.297.407,69	0,00	1.089.700,00	-16,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuições Sociais	0,00	1.297.407,69	0,00	1.089.700,00	-16,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	473.108,62	2.365.612,69	400,01	1.000.179,91	-57,72	415.648,45	-58,44	399.323,81	-3,93	399.323,81	0,00	
Valores Mobiliários	472.588,00	2.364.436,11	400,32	999.079,91	-57,75	414.424,15	-58,52	398.146,81	-3,93	398.146,81	0,00	
Demais Receitas Patrimoniais	520,62	1.176,58	126,00	1.100,00	-6,51	1.224,30	11,30	1.177,00	-3,86	1.177,00	0,00	
Receita Agropecuária	1.358,00	546,00	-59,79	1.400,00	156,41	1.558,20	11,30	1.498,00	-3,86	1.498,00	0,00	
Receita Agropecuária	1.358,00	546,00	-59,79	1.400,00	156,41	1.558,20	11,30	1.498,00	-3,86	1.498,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	23.971,66	0,00	13.000,00	-45,77	13.356,00	2,74	12.840,00	-3,86	12.840,00	0,00	
Outros Serviços	0,00	23.971,66	0,00	13.000,00	-45,77	13.356,00	2,74	12.840,00	-3,86	12.840,00	0,00	
Transferências Correntes	45.971.149,00	58.618.222,51	27,51	51.094.753,06	-12,83	56.868.460,15	11,30	57.037.941,51	0,30	57.037.941,51	0,00	
Transferências da União e de suas Entidades	23.096.621,10	27.071.262,28	17,21	24.397.279,26	-9,88	27.154.171,82	11,30	28.075.425,54	3,39	28.075.425,54	0,00	
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas E	15.747.657,04	23.921.516,89	51,91	18.054.031,90	-24,53	20.094.137,50	11,30	19.314.330,70	-3,88	19.314.330,70	0,00	
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	16.577,47	26.210,79	58,11	22.041,90	-15,91	24.532,63	11,30	23.287,27	-5,08	23.287,27	0,00	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	10.000,00	0,00	1.000,00	-90,00	1.113,00	11,30	1.070,00	-3,86	1.070,00	0,00	
Transferências de Outras Instituições Pú	7.105.037,65	7.589.232,55	6,81	8.620.400,00	13,59	9.594.505,20	11,30	9.223.828,00	-3,86	9.223.828,00	0,00	
Demais Transf. Correntes	5.255,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	297.510,16	285.678,74	-3,98	20.500,00	-92,82	21.147,00	3,16	20.330,00	-3,86	20.330,00	0,00	
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	590.055,36	335.073,88	-86,43	6.000,00	-196,42	40.068,00	1.235,60	38.520,00	-3,86	38.520,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	2.482,48	118.141,80	4.659,02	17.500,00	-85,19	1.113,00	-93,64	1.070,00	-3,86	1.070,00	0,00	
Receitas de Capital	3.577.479,29	2.811.888,17	-21,40	110.000,00	-96,09	122.430,00	11,30	117.700,00	-3,86	117.700,00	0,00	
Alienação de Bens	913.301,00	713.150,00	-21,92	110.000,00	-84,58	122.430,00	11,30	117.700,00	-3,86	117.700,00	0,00	
Alienação de Bens Móveis	613.301,00	713.150,00	16,28	10.000,00	-98,60	11.130,00	11,30	10.700,00	-3,86	10.700,00	0,00	
Alienação de Bens Imóveis	300.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	111.300,00	11,30	107.000,00	-3,86	107.000,00	0,00	
Transferências de Capital	2.664.178,29	2.098.738,17	-21,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências da União e de suas Entidades	825.250,00	2.098.738,17	154,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas E	1.838.928,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

MUNICIPIO DE RIO NOVO DO SUL - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO
 LEI: 0 LDO: 2024

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA						
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	
Receitas												
CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	1.768.548,28	0,00	1.834.068,83	3,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes	0,00	1.768.548,28	0,00	1.834.068,83	3,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	0,00	1.768.548,28	0,00	1.834.068,83	3,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	1.768.548,28	0,00	1.834.068,83	3,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÃO FUNDEB	(5.092.491,53)	(6.092.626,30)	19,64	(5.522.400,00)	-9,36	(6.146.431,20)	11,30	(5.908.968,00)	-3,86	(5.908.968,00)	0,00	0,00
Receitas Correntes	(5.092.491,53)	(6.092.626,30)	19,64	(5.522.400,00)	-9,36	(6.146.431,20)	11,30	(5.908.968,00)	-3,86	(5.908.968,00)	0,00	0,00
Transferências Correntes	(5.092.491,53)	(6.092.626,30)	19,64	(5.522.400,00)	-9,36	(6.146.431,20)	11,30	(5.908.968,00)	-3,86	(5.908.968,00)	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	(2.861.572,17)	(3.557.799,80)	24,33	(3.000.400,00)	-15,67	(3.339.445,20)	11,30	(3.210.428,00)	-3,86	(3.210.428,00)	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas E	(2.230.919,36)	(2.534.826,50)	13,62	(2.522.000,00)	-0,51	(2.806.986,00)	11,30	(2.698.540,00)	-3,86	(2.698.540,00)	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO
 LEI: 0 LDO: 2024

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Resumo											
TOTAL DA DESPESA	43.642.830,67	63.375.985,86	45,22	57.621.498,00	-9,08	60.198.272,27	4,47	60.238.842,25	0,07	61.238.842,25	1,66
DESPESAS CORRENTES (X)	36.522.115,40	54.072.070,43	48,05	52.148.223,30	-3,56	55.940.409,33	7,27	56.197.124,20	0,46	57.197.124,20	1,78
DESPESAS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (XI)	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.113,00	11,30	1.056,50	-5,08	1.056,50	0,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	36.522.115,40	54.072.070,43	48,05	52.147.223,30	-3,56	55.939.296,33	7,27	56.196.067,70	0,46	57.196.067,70	1,78
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	7.120.715,27	9.303.915,43	30,66	3.061.412,52	-67,10	3.245.186,33	6,00	3.080.448,66	-5,08	3.080.448,66	0,00
DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XIV)	184.702,37	233.741,65	26,55	435.000,00	86,10	484.155,00	11,30	459.577,50	-5,08	459.577,50	0,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	6.936.012,90	9.070.173,78	30,77	2.626.412,52	-71,04	2.761.031,33	5,13	2.620.871,16	-5,08	2.620.871,16	0,00
DESPESAS DE RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	0,00	2.411.862,18	0,00	1.012.676,61	-58,01	961.269,39	-5,08	961.269,39	0,00
DESPESAS NÃO FINANCEIRAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	43.458.128,30	63.142.244,21	45,29	57.185.498,00	-9,43	59.713.004,27	4,42	59.778.208,25	0,11	60.778.208,25	1,67
TOTAL DA RECEITA	50.500.037,67	66.262.000,19	31,21	57.624.498,00	-13,04	60.198.272,27	4,47	60.238.842,25	0,07	60.238.842,25	0,00
RECEITAS CORRENTES (I)	46.627.530,70	63.282.575,08	35,72	57.511.498,00	-9,12	60.055.808,27	4,42	60.101.882,25	0,08	60.101.882,25	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	472.588,00	2.364.436,11	400,32	999.079,91	-57,75	414.424,15	-58,52	398.146,81	-3,93	398.146,81	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	46.154.942,70	60.918.138,97	31,99	56.512.418,09	-7,23	59.641.384,12	5,54	59.703.735,44	0,10	59.703.735,44	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	3.577.479,29	2.811.888,17	-21,40	110.000,00	-96,09	122.430,00	11,30	117.700,00	-3,86	117.700,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	913.301,00	713.150,00	-21,92	110.000,00	-84,58	122.430,00	11,30	117.700,00	-3,86	117.700,00	0,00
RECEITAS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	2.664.178,29	2.098.738,17	-21,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	48.819.120,99	63.016.877,14	29,08	56.512.418,09	-10,32	59.641.384,12	5,54	59.703.735,44	0,10	59.703.735,44	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	5.360.992,69	(125.367,07)	-102,34	(673.079,91)	436,89	(71.620,15)	-89,36	(74.472,81)	3,98	(1.074.472,81)	1.342,77

SOMT Sistema Municipal de Contabilidade - 27/04/2023, às 13:54:36

<p>JOCENEI MARCONCINI CASTELARI:083656427 86</p> <p style="font-size: small;">Assinado de forma digital por JOCENEI MARCONCINI CASTELARI:08365642786 Dados: 2023.04.28 08:47:33 +03'00'</p> <p style="text-align: center;">Jocenei Marconcini Castelari Prefeito Municipal</p>	<p>RONALDO LOUZADA DA SILVA:89653564749</p> <p style="font-size: small;">Assinado de forma digital por RONALDO LOUZADA DA SILVA:89653564749 Dados: 2023.04.28 08:51:04 -03'00'</p> <p style="text-align: center;">Ronaldo Louzada da Silva Técnico Contábil CRC nº 009926/0</p>	<p>Aridelson Giovaneli Sec. Finanças</p>
---	--	---

MUNICIPIO DE RIO NOVO DO SUL - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
IV - RESULTADO NOMINAL
 LEI: 0 LDO: 2024

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2021 (b)	2022 (c)	2023 (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	929.525,35	1.639.030,54	1.587.228,55	1.766.585,38	1.676.906,96	1.676.906,96
DEDUÇÕES (II)	16.557.902,47	25.215.223,91	25.207.093,70	28.055.495,29	26.631.294,50	26.631.294,50
Ativo Disponível	18.524.668,37	25.471.847,20	25.979.216,79	28.914.868,29	27.447.042,54	27.447.042,54
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar	1.966.765,90	256.623,29	772.123,09	859.373,00	815.748,04	815.748,04
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) - (I - II)	-15.628.377,12	-23.576.193,37	-23.619.865,15	-26.288.909,91	-24.954.387,54	-24.954.387,54
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-15.628.377,12	-23.576.193,37	-23.619.865,15	-26.288.909,91	-24.954.387,54	-24.954.387,54
Resultado Nominal	(a* - b)	(b - c)	(c - d)	(d - e)	(e - f)	(f - g)
	4.856.265,64	7.947.816,25	43.671,78	2.669.044,76	-1.334.522,37	0,00

Notas:

- o Cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2020(R\$ -10.772.111,48)

SOM Sistema Municipal de Contas e Finanças 027/04/2023 , às 14:00:15

JOCENEI MARCONCINI CASTELARI:083656427 86	Assinado de forma digital por JOCENEI MARCONCINI CASTELARI:08365642786 Dados: 2023.04.28 08:47:51 -03'00'	RONALDO LOUZADA DA SILVA:89653564749	Assinado de forma digital por RONALDO LOUZADA DA SILVA:89653564749 Dados: 2023.04.28 08:54:28 -03'00'	Aridelson Giovaneli Sec. Finanças
_____ Jocenei Marconcini Castelar Prefeito Municipal		_____ Ronaldo Louzada da Silva Técnico Contábil CRC nº 009926/0		_____ Aridelson Giovaneli Sec. Finanças

MUNICIPIO DE RIO NOVO DO SUL - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
 LEI: 0 LDO: 2024

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	486.807,72	929.525,35	1.639.030,54	1.587.228,55	1.766.585,38	1.676.906,96	1.676.906,96
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	486.807,72	929.525,35	1.639.030,54	1.587.228,55	1.766.585,38	1.676.906,96	1.676.906,96
DEDUÇÕES (II)	11.258.919,20	16.557.902,47	25.215.223,91	25.207.093,70	28.055.495,29	26.631.294,50	26.631.294,50
Ativo Disponível	13.413.131,98	18.524.668,37	25.471.847,20	25.979.216,79	28.914.868,29	27.447.042,54	27.447.042,54
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar	2.154.212,78	1.966.765,90	256.623,29	772.123,09	859.373,00	815.748,04	815.748,04

Dívida Consolidada Líquida	-10.772.111,48	-15.628.377,12	-23.576.193,37	-23.619.865,15	-26.288.909,91	-24.954.387,54	-24.954.387,54
-----------------------------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 27/04/2023 , às 14:00:43

<p>JOCENEI MARCONCINI CASTELARI:08365642786</p> <p style="font-size: small;">Assinado de forma digital por JOCENEI MARCONCINI CASTELARI:08365642786 Dados: 2023.04.28 08:48:11 -03'00'</p> <hr/> <p style="text-align: center;">Jocenei Marconcini Castelari Prefeito Municipal</p>	<p>RONALDO LOUZADA DA SILVA:89653564749</p> <p style="font-size: small;">Assinado de forma digital por RONALDO LOUZADA DA SILVA:89653564749 Dados: 2023.04.28 08:54:49 -03'00'</p> <hr/> <p style="text-align: center;">Ronaldo Louzada da Silva Técnico Contábil CRC n° 009926/0</p>	<p style="text-align: right;">Aridelson Giovaneli Sec. Finanças</p>
--	---	--

MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
 LEI: 0 LDO: 2024

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
DESPESAS CORRENTES	36.522.115,40	54.072.070,43	48,05	52.148.223,30	-3,56	55.940.409,33	7,27	56.197.124,20	0,46	57.197.124,20	1,78
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.280.230,95	28.688.415,67	41,46	30.158.142,84	5,12	25.616.195,85	-15,06	24.315.822,92	-5,08	24.315.822,92	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.113,00	11,30	1.056,50	-5,08	1.056,50	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.241.884,45	25.383.654,76	56,29	21.989.080,46	-13,37	30.323.100,48	37,90	31.880.244,78	5,14	32.880.244,78	3,14
DESPESAS DE CAPITAL	7.120.715,27	9.303.915,43	30,66	3.061.412,52	-67,10	3.245.186,33	6,00	3.080.448,66	-5,08	3.080.448,66	0,00
INVESTIMENTOS	6.936.012,90	9.070.173,78	30,77	2.626.412,52	-71,04	2.761.031,33	5,13	2.620.871,16	-5,08	2.620.871,16	0,00
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	184.702,37	233.741,65	26,55	435.000,00	86,10	484.155,00	11,30	459.577,50	-5,08	459.577,50	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	2.411.862,18	0,00	1.012.676,61	-58,01	961.269,39	-5,08	961.269,39	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	2.411.862,18	0,00	1.012.676,61	-58,01	961.269,39	-5,08	961.269,39	0,00
TOTAL DA DESPESA	43.642.830,67	63.375.985,86	45,22	57.621.498,00	-9,08	60.198.272,27	4,47	60.238.842,25	0,07	61.238.842,25	1,66

Fonte: Sistema Municipal de Contabilidade - 27/04/2023, às 13:51:39

<p>JOCENEI MARCONCINI CASTELARI:08365642786 86</p> <p style="font-size: small;">Assinado de forma digital por JOCENEI MARCONCINI CASTELARI:08365642786 Dados: 2023.04.28 08:48:30 -03'00'</p> <p style="text-align: center;">Jocenei Marconcini Castelari Prefeito Municipal</p>	<p>RONALDO LOUZADA DA SILVA:89653564749</p> <p style="font-size: small;">Assinado de forma digital por RONALDO LOUZADA DA SILVA:89653564749 Dados: 2023.04.28 08:55:10 -03'00'</p> <p style="text-align: center;">Ronaldo Louzada da Silva Técnico Contábil CRC nº 009926/0</p>	<p style="text-align: center;">Aridelson Gioivaneli Sec. Finanças</p>
--	--	--

MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
 LEI: 0 LDO: 2024

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
DEDUÇÃO FUNDEB	(5.092.491,53)	(6.092.626,30)	19,64	(5.522.400,00)	-9,36	(6.146.431,20)	11,30	(5.908.968,00)	-3,86	(5.908.968,00)	0,00
Receitas Correntes	(5.092.491,53)	(6.092.626,30)	19,64	(5.522.400,00)	-9,36	(6.146.431,20)	11,30	(5.908.968,00)	-3,86	(5.908.968,00)	0,00
Transferências Correntes	(5.092.491,53)	(6.092.626,30)	19,64	(5.522.400,00)	-9,36	(6.146.431,20)	11,30	(5.908.968,00)	-3,86	(5.908.968,00)	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	(2.861.572,17)	(3.557.799,80)	24,33	(3.000.400,00)	-15,67	(3.339.445,20)	11,30	(3.210.428,00)	-3,86	(3.210.428,00)	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	(2.230.919,36)	(2.534.826,50)	13,62	(2.522.000,00)	-0,51	(2.806.986,00)	11,30	(2.698.540,00)	-3,86	(2.698.540,00)	0,00
TOTAL DA RECEITA	50.500.037,67	66.262.000,19	31,21	57.624.498,00	-13,04	60.198.272,27	4,47	60.238.842,25	0,07	60.238.842,25	0,00

SOMT - Sistema Municipal de Informações Financeiras - 27/04/2023, às 13:50:18

<p>JOCENEI MARCONCINI CASTELARI:08365 642786</p> <p style="font-size: small;">Assinado de forma digital por JOCENEI MARCONCINI CASTELARI:08365642786 Dados: 2023.04.28 08:48:50 -03'00'</p> <hr/> <p>Jocenei Marconcini Castelari Prefeito Municipal</p>	<p>RONALDO LOUZADA DA SILVA:89653564749</p> <p style="font-size: small;">Assinado de forma digital por RONALDO LOUZADA DA SILVA:89653564749 Dados: 2023.04.28 08:55:33 -03'00'</p> <hr/> <p>Ronaldo Louzada da Silva Técnico Contábil CRC nº 009926/0</p>	<p>Aridelson Giovaneli Sec. Finanças</p>
---	---	---

MUNICIPIO DE RIO NOVO DO SUL - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
LEI: 0 LDO: 2024

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Calamidade Publica	350.000,00	CRÉDITO ADICIONAL	350.000,00
SUBTOTAL	350.000,00	SUBTOTAL	350.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
FRUSTAÇÃO DE RECEITA	150.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHOS	150.000,00
SUBTOTAL	150.000,00	SUBTOTAL	150.000,00
TOTAL	500.000,00	TOTAL	500.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 27/04/2023 , às 13:43:20

<p>JOCENEI MARCONCINI Assinado de forma digital por JOCENEI MARCONCINI CASTELARI:083656427 86 Dados: 2023.04.28 08:44:49 -03'00'</p> <hr/> <p>Jocenei Marconcini Castelari Prefeito Municipal</p>	<p>RONALDO LOUZADA DA Assinado de forma digital por RONALDO LOUZADA DA SILVA:89653564749 SILVA:89653564749 Dados: 2023.04.28 08:51:12 -03'00'</p> <hr/> <p>Ronaldo Louzada da Silva Técnico Contábil CRC nº 009926/0</p>	<p>Aridelson Giovaneli Sec. Finanças</p>
---	--	--

MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

LEI: 0 LDO: 2024

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
Receita Total	60.164.882,27	57.491.526,30	0,030	100,275	57.110.690,14	52.148.152,05	0,027	94,242	57.110.690,14	49.831.025,17	0,026	93,309
Receitas Primárias (I)	59.584.509,82	56.936.942,02	0,029	99,308	56.559.779,55	51.645.111,92	0,027	93,333	56.559.779,55	49.350.336,89	0,025	92,409
Receitas Primárias Correntes	59.584.509,82	56.936.942,02	0,029	99,308	56.559.779,55	51.645.111,92	0,027	93,333	56.559.779,55	49.350.336,89	0,025	92,409
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.882.069,67	8.487.405,32	0,004	14,803	8.431.182,94	7.698.569,37	0,004	13,913	8.431.182,94	7.356.494,70	0,004	13,775
Contribuições	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Transferências Correntes	50.722.028,95	48.468.255,09	0,025	84,537	48.147.191,01	43.963.521,22	0,023	79,451	48.147.191,01	42.010.066,44	0,022	78,664
Demais Receitas Primárias Correntes	(19.588,80)	(18.718,40)	0,000	-0,033	(18.594,40)	(16.978,67)	0,000	-0,031	(18.594,40)	(16.224,25)	0,000	-0,030
Receitas Primárias de Capital	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesa Total	53.572.583,28	51.192.148,38	0,026	89,288	50.853.040,63	46.434.250,55	0,024	83,916	50.853.040,63	44.371.012,52	0,023	83,085
Despesas Primárias (II)	52.558.793,67	50.223.405,32	0,026	87,598	49.890.714,74	45.555.544,36	0,024	82,328	49.890.714,74	43.531.350,36	0,022	81,513
Despesas Primárias Correntes	49.313.607,34	47.122.415,04	0,024	82,189	46.810.266,08	42.742.766,15	0,022	77,245	46.810.266,08	40.843.553,83	0,021	76,480
Pessoal e Encargos Sociais	25.616.195,85	24.477.970,23	0,013	42,694	24.315.822,92	22.202.940,08	0,011	40,125	24.315.822,92	21.216.384,90	0,011	39,728
Outras Despesas Correntes	23.697.411,49	22.644.444,81	0,012	39,496	22.494.443,16	20.539.826,07	0,011	37,120	22.494.443,16	19.627.168,93	0,010	36,752
Despesas Primárias de Capital	3.245.186,33	3.100.990,28	0,002	5,409	3.080.448,66	2.812.778,22	0,001	5,083	3.080.448,66	2.687.796,53	0,001	5,033
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (III) = (I - II)	7.025.716,15	6.713.536,69	0,003	11,710	6.669.064,81	6.089.567,56	0,003	11,005	6.669.064,81	5.818.986,53	0,003	10,896
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	7.025.716,15	6.713.536,69	0,003	11,710	6.669.064,81	6.089.567,56	0,003	11,005	6.669.064,81	5.818.986,53	0,003	10,896
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Receitas Primárias Advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias Advindas de PPP (VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 27/04/2023 , às 13:44:00

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2024	2025	2026
PIB real (crescimento % anual)	1,00	1,00	1,00
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	2,74	2,50	2,30
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	0,00	0,00	0,00
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,65	4,65	4,65
Projeção do PIB do Estado - R\$ 1,00	202.837.234.000,00	212.269.166.000,00	222.139.682.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	60.000.000,00	60.600.000,00	61.206.000,00

MUNICIPIO DE RIO NOVO DO SUL - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

LEI: 0 LDO: 2024

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2024	2025	2026
Valor Corrente / 1,0465	Valor Corrente / 1,0952	Valor Corrente / 1,1461

<p>JOCENEI MARCONCINI Assinado de forma digital por CASTELARI:08365642786 86 JOCENEI MARCONCINI CASTELARI:08365642786 Dados: 2023.04.28 08:45:13 -03'00'</p> <hr/> <p>Jocenei Marconcini Castelari Prefeito Municipal</p>	<p>RONALDO LOUZADA Assinado de forma digital por DA SILVA:89653564749 RONALDO LOUZADA DA SILVA:89653564749 Dados: 2023.04.28 08:51:34 -03'00'</p> <hr/> <p>Ronaldo Louzada da Silva Técnico Contábil CRC nº 009926/0</p>	<hr/> <p>Aridelson Giovaeli Sec. Finanças</p>
---	--	---

MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL - ES**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS****ANEXOS DE METAS FISCAIS****AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

LEI: 0 LDO: 2024

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, §2º, Inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2022 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2022 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	53.034.438,83	0,040	88,705	66.094.463,25	0,048	110,549	13.060.024,42	24,626
Receitas Primárias (I)	56.733.488,63	0,042	94,892	61.960.302,28	0,045	103,634	5.226.813,65	9,213
Despesa Total	53.034.438,83	0,040	88,705	63.375.985,86	0,046	106,002	10.341.547,03	19,500
Despesas Primárias (II)	73.600.591,89	0,055	123,104	59.497.586,24	0,043	99,515	(14.103.005,65)	-19,162
Resultado Primário (III) = (I - II)	(16.867.103,26)	-0,013	-28,212	2.462.716,04	0,002	4,119	19.329.819,30	-114,601
Resultado Nominal	(16.867.103,26)	-0,013	-28,212	4.827.152,15	0,003	8,074	21.694.255,41	-128,619
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,000	0,000	1.639.030,54	0,001	2,741	1.639.030,54	0,000
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,000	0,000	(23.832.816,66)	-0,017	-39,863	(23.832.816,66)	0,000

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2022

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2022	134.154.174.000,00
valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2022	138.446.000.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 27/04/2023 , às 13:44

JOCENEI
MARCONCINI
CASTELARI:08365642
786

Assinado de forma digital
por JOCENEI MARCONCINI
CASTELARI:08365642786
Dados: 2023.04.28 08:45:33
-03'00'

Jocenei Marconcini Castelari
Prefeito Municipal

RONALDO
LOUZADA DA
SILVA:89653564749

Assinado de forma digital
por RONALDO LOUZADA
DA SILVA:89653564749
Dados: 2023.04.28
08:51:53 -03'00'

Ronaldo Louzada da Silva
Técnico Contábil
CRC nº 009926/0

Aridelson Giovaneli
Sec. Finanças

PROCESSO SELETIVO**CONVOCAÇÃO**

EDITAL N.º 09/2023
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 11/2022
CONVOCAÇÃO

O Município de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo, considerando os candidatos classificados da seleção destinada à contratação em regime de CARÁTER TEMPORÁRIO, de acordo com o EDITAL n.º 03 de 08 de Agosto de 2022, torna pública a **CONVOCAÇÃO** dos candidatos abaixo relacionados para o exercício da função, conforme classificação, a saber:

GARI (40 HORAS SEMANAIS):

CLASSIFICAÇÃO	N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO
04	23	LEANDRO SOUZA DE QUEIROZ	27 PONTOS
05	16	MIRIAN HERINGER DA SILVA	20 PONTOS

TRABALHADOR BRAÇAL (40 HORAS SEMANAIS):

CLASSIFICAÇÃO	N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO
09	05	FÁBIO JÚLIO RODRIGUES MONTEIRO	20 PONTOS

1. Os candidatos convocados têm o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação do edital para autenticar as cópias simples exigidas no item 5.3 do Edital n.º 01/2022, e se apresentarem ao Setor de Recursos Humanos, munidos de todos os documentos e exames exigidos para formalização do contrato.
2. Os documentos serão autenticados gratuitamente na Secretaria Municipal de Administração, localizada na Rua Capitão Bley, n.º 08, Centro, Rio Novo do Sul/ES, no horário de 07h às 13h. Os candidatos convocados devem apresentar os documentos originais para autenticação das cópias simples.
3. A não apresentação (ou apresentação irregular) dos documentos originais exigidos para autenticação das cópias acarretará a eliminação do candidato, com a convocação daquele classificado em posição imediatamente posterior.
4. Após autenticação dos documentos, os candidatos devem se apresentar ao Setor de Recursos Humanos, localizado na Praça Áureo Viana, n.º 06, Casa do Cidadão, Centro, Rio Novo do Sul/ES, munidos das cópias e originais dos documentos e exames abaixo listados para formalização do contrato.
 - 4.1. Documentos para contrato:
 - a) Uma fotografia tamanho 3x4 recente, colorida;
 - b) Carteira de Trabalho;
 - c) Certidão Nascimento ou Casamento;
 - d) Carteira de Identidade;
 - e) CPF e Comprovante de Situação Cadastral no CPF;
 - f) Comprovante de regularidade com as obrigações militares (homens);
 - g) Título de Eleitor;
 - h) Comprovante de Quitação Eleitoral;
 - i) Comprovante de Escolaridade;
 - j) Comprovante de Residência;
 - k) Cartão PIS/PASEP (se tiver);
 - l) CPF dos filhos (se tiver);
 - m) Certidão dos Filhos menores de 14 anos mais o Cartão de Vacina;
 - n) Certidão Negativa Criminal, expedida pela Justiça Estadual e pela Justiça Federal;
 - o) Qualificação Cadastral eSocial;
 - p) INFORMAR: (se tiver) conta corrente para pagamento BANCO DO BRASIL ou BANESTES.
 - 4.2. Exames:
 - a) Hemograma completo com contagem de plaquetas;
 - b) VDRL;
 - c) EAS (URINA);
 - d) EPF (FEZES);
 - e) Creatinina;
 - f) Glicemia jejum;
 - g) ECG;
 - h) Raio X OIT.

5. Caso necessário os candidatos convocados poderão solicitar prorrogação do prazo para autenticação e apresentação dos documentos e exames por mais 05 (cinco) dias úteis, através de requerimento individual que deverá ser protocolizado no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Capitão Bley, n.º 08, Centro, Rio Novo do Sul/ES, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis após a publicação do edital, no horário de 07h às 13h.
6. Caso o candidato protocolize o requerimento de prorrogação conforme item 5, serão concedidos mais 05 (cinco) dias úteis para apresentação dos documentos e exames, sendo o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
7. O não comparecimento do candidato convocado implicará na automática eliminação.

Rio Novo do Sul/ES, 17 de Agosto de 2023.

FILIPE ROBSON MOULIM DA PASCHOA
Presidente da Comissão

ANDRESSA MOREIRA VIEIRA SILVA
Membro da Comissão

CLAUDIANE LOUZADA WETLER
Membro da Comissão

HOMOLOGO OS TERMOS DO PRESENTE PROCESSO SELETIVO N.º 11/2022
EDITAL N.º 09/2023

JOCENEI MARCONCINI CASTELARI
Prefeito Municipal

EDITAL N.º 05/2023
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 17/2023
CONVOCAÇÃO

O Município de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo, considerando os candidatos classificados da seleção destinada à contratação em regime de CARÁTER TEMPORÁRIO, de acordo com o EDITAL n.º 04 de 11 de Agosto de 2023, torna pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos abaixo relacionados para o exercício da função, conforme classificação, a saber:

AUXILIAR DE SERVIÇOS (40 HORAS SEMANAIS):

CLASSIFICAÇÃO	N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO
01	05	JOCIMAR BATISTA GOMES	100 PONTOS

MECÂNICO (40 HORAS SEMANAIS):

CLASSIFICAÇÃO	N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO
01	02	LUIZ THADEU FERREIRA ROSA	80 PONTOS

MOTORISTA (40 HORAS SEMANAIS):

CLASSIFICAÇÃO	N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO
01	20	GILMAR DE OLIVEIRA ALVES	100 PONTOS

TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES (30 HORAS SEMANAIS):

CLASSIFICAÇÃO	N.º INSCRIÇÃO	NOME DA CANDIDATA	PONTUAÇÃO
01	01	ELLEM DIAS GOMES	43 PONTOS

1. Os candidatos convocados têm o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação do edital para autenticar as cópias simples exigidas no item 5.3 do Edital n.º 01/2023, e se apresentarem ao Setor de Recursos Humanos, munidos de todos os documentos e exames exigidos para formalização do contrato.
2. Os documentos serão autenticados gratuitamente na Secretaria Municipal de Administração, localizada na Rua Capitão Bley, n.º 08, Centro, Rio Novo do Sul/ES, no horário de 07h às 13h. Os candidatos convocados devem apresentar os documentos originais para autenticação das cópias simples.
3. A não apresentação (ou apresentação irregular) dos documentos originais exigidos para autenticação das cópias acarretará a eliminação do candidato, com a convocação daquele classificado em posição imediatamente posterior.
4. Após autenticação dos documentos, os candidatos deverão se apresentar ao Setor de Recursos Humanos, localizado na Praça Áureo Viana, n.º 06, Casa do Cidadão, Centro, Rio Novo do Sul/ES, munidos das cópias e originais dos documentos e exames abaixo listados para formalização do contrato.
 - 4.1. Documentos para contrato:
 - a) Uma fotografia tamanho 3x4 recente, colorida;
 - b) Carteira de Trabalho;

- c) Certidão Nascimento ou Casamento;
- d) Carteira de Identidade;
- e) CPF e Comprovante de Situação Cadastral no CPF;
- f) Carteira Nacional de Habilitação vigente – CNH Categoria “D” ou “E” (somente para MOTORISTA);
- g) Registro no respectivo órgão de fiscalização do exercício profissional (somente para TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES);
- h) Comprovante de Regularidade no órgão de fiscalização do exercício profissional (somente para TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES);
- i) Comprovante de regularidade com as obrigações militares (homens);
- j) Título de Eleitor;
- k) Comprovante de Quitação Eleitoral;
- l) Comprovante de Escolaridade;
- m) Comprovante de Residência;
- n) Cartão PIS/PASEP (se tiver);
- o) CPF dos filhos (se tiver);
- p) Certidão dos Filhos menores de 14 anos mais o Cartão de Vacina;
- q) Certidão Negativa Criminal, expedida pela Justiça Estadual e pela Justiça Federal;
- r) Qualificação Cadastral eSocial;
- s) INFORMAR: (se tiver) conta corrente para pagamento BANCO DO BRASIL ou BANESTES.

4.2. Exames:

- a) Hemograma completo com contagem de plaquetas;
 - b) VDRL;
 - c) EAS (URINA);
 - d) EPF (FEZES);
5. Caso necessário os candidatos convocados poderão solicitar prorrogação do prazo para autenticação e apresentação dos documentos e exames por mais 05 (cinco) dias úteis, através de requerimento individual que deverá ser protocolizado no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Capitão Bley, n.º 08, Centro, Rio Novo do Sul/ES, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis após a publicação do edital, no horário de 07h às 13h.
6. Caso o candidato protocolize o requerimento de prorrogação conforme item 5, serão concedidos mais 05 (cinco) dias úteis para apresentação dos documentos e exames, sendo o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
7. O não comparecimento do candidato convocado implicará na automática eliminação.

Rio Novo do Sul/ES, 17 de Agosto de 2023.

FILIPE ROBSON MOULIM DA PASCHOA
Presidente da Comissão

ANDRESSA MOREIRA VIEIRA SILVA
Membro da Comissão

CLAUDIANE LOUZADA WETLER
Membro da Comissão

HOMOLOGO OS TERMOS DO PRESENTE PROCESSO SELETIVO N.º 17/2023
EDITAL N.º 05/2023

JOCENEI MARCONCINI CASTELARI
Prefeito Municipal

EDITAL N.º 01/2023
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO/PMRNS N.º 23/2023

O Município de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo, torna pública a abertura das inscrições para o Processo Seletivo Simplificado, de acordo com as normas estabelecidas neste edital, destinado à contratação imediata em regime de CARÁTER TEMPORÁRIO, e formação de cadastro de reserva, objetivando o preenchimento da função pública de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com base nas Leis Municipais n.º 270 de 09 de junho de 2006, n.º 308 de 06 de novembro de 2007, n.º 486 de 05 de março de 2012, n.º 948 de 12 de dezembro de 2022 e Lei Federal n.º 11.350 de 05 de outubro de 2006, atualizadas, que observará a ordem sequencial de classificação dos aprovados que serão convocados conforme as necessidades do município.

1.DA FUNÇÃO/OBJETO DO CONTRATO

Processo Seletivo para contratação em designação temporária para preenchimento da função pública de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender as necessidades da Estratégia de Saúde da Família, na Equipe de Agentes Comunitários de Saúde da ESF 04 – Microárea 04 e ESF 06 – Microárea 03 no Município de Rio Novo do Sul/ES.

1.1. Não será fornecido Vale Transporte;

1.2. A descrição da função é a que consta no ANEXO 05;

1.3. Compreende-se como processo seletivo: a inscrição, a classificação, o recurso, a homologação e a convocação.

2.DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO E DO PROCESSO SELETIVO

2.1. A vigência do Processo Seletivo será de 12 (doze) meses, contados a partir da homologação do Processo, podendo ser prorrogado por igual período;

2.2. A vigência do contrato de trabalho será de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado ou rescindido nos termos da legislação municipal ou com o início de exercício de servidor concursado, e no caso de substituição, enquanto durar o afastamento temporário do titular da função;

2.3. A contratação, em caráter temporário de que trata o Edital, dar-se-á mediante a assinatura de contrato de prestação de serviço entre o Município de Rio Novo do Sul e o Contratado, podendo ser prorrogado a critério da Administração Pública Municipal de acordo com as suas necessidades, interesse e conveniência.

3. DA CESSAÇÃO DA DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA

3.1. O contrato firmado extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

- Automaticamente, pelo término do prazo contratual;
- Por iniciativa do servidor público, devendo ser comunicado com antecedência mínima de 30 (trinta dias);
- Por conveniência da Administração, a juízo da autoridade que procedeu à contratação, devendo ser comunicado ao servidor com antecedência mínima de 30 (trinta dias);
- Quando o contratado incorrer em falta disciplinar;
- Com o provimento da vaga em decorrência de concurso público de ingresso ou remoção ou do retorno do titular do cargo;
- Rescisão imediata, sem direito à aviso, em caso de falta que acarrete justa causa.

3.2. O cancelamento do repasse oriundo do Ministério da Saúde destinado ao custeio dos programas cessará de imediato a contratação efetuada nos termos deste Edital.

4. DAS VAGAS

4.1. O número de vagas de que trata o presente Edital serão as descritas no quadro de vagas do item 4.3, e a lotação será feita por ato do Prefeito Municipal;

4.2. Para efeito de chamada, cada vaga terá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

4.3. Quadro de vagas:

FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO	N.º DE VAGAS	REQUISITO ESPECÍFICO	ÁREA DE ATUAÇÃO
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40 HORAS SEMANAIS	R\$ 2.640,00 + R\$ 250,00 (Auxílio-alimentação) + R\$ 40,00 (Vale Feira)	01	Ensino Médio completo; ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de 40 horas para Agente Comunitário de Saúde; residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo; E ter curso básico de informática (mínimo 40h).	ESF 04 MICROÁREA 04 Conforme Mapeamento do ANEXO 06
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40 HORAS SEMANAIS	R\$ 2.640,00 + R\$ 250,00 (Auxílio-alimentação) + R\$ 40,00 (Vale Feira)	Cadastro de Reserva	Ensino Médio completo; ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de 40 horas para Agente Comunitário de Saúde; residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo; E ter curso básico de informática (mínimo 40h).	ESF 06 MICROÁREA 03 Conforme Mapeamento do ANEXO 07

A vaga de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE identificada, consta da Lei Municipal n.º 308/2007, atualizada, e provém de pedido de demissão de servidora, sendo a contratação autorizada pela Lei Municipal n.º 486/2012, atualizada.

A vaga que porventura surgir para o cadastro de reserva, será motivada no respectivo instrumento de contrato, conforme Lei Municipal n.º 270/2006 e Lei Municipal n.º 486/2012, atualizadas.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. As inscrições para o processo seletivo na forma deste edital serão realizadas na data prevista no cronograma no item 13, no período de 18 de Agosto de 2023 a 24 de Agosto de 2023, no horário de 07h às 13h. Os envelopes lacrados e identificados serão entregues e protocolizados, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Capitão Bley, n.º 08, Centro, Rio Novo do Sul/ES, CEP: 29.290-000 (Ao lado da Secretaria Municipal de Assistência Social).

5.2. São requisitos para inscrição:

- Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;
- Ter, na data de encerramento das inscrições a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- Possuir habilitação exigida (requisito específico) para a função e demais qualificações requeridas no processo seletivo;
- Conhecer as exigências estabelecidas neste Edital, e estar de acordo com elas;
- Não se enquadrar na vedação de acúmulo de cargos, conforme previsto no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal;
- Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- Estar em dia com as obrigações do serviço militar (somente para candidatos do sexo masculino);
- Gozar de boa saúde física e mental;
- Residir na área de atuação, nos termos da Lei Federal n.º 11.350/2006, atualizada;
- Ter concluído curso básico de informática (mínimo 40h);
- Ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial para Agente Comunitário de Saúde, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas;
- Não ter sido demitido por justa causa nas esferas da Administração Pública direta e indireta, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e respectivas autarquias ou de empresa privada.

- 5.3.** Para efeito de inscrição, o candidato preencherá formulário padrão – ANEXO 01 com letra legível, não podendo haver rasuras ou emendas, nem omissão de dados nele solicitados, fazendo a juntada da documentação necessária, descrita abaixo:
- Cópia simples da Carteira de Identidade, CNH ou Carteira de Trabalho;
 - Cópia simples do CPF;
 - Cópia simples do Comprovante de Residência, que poderá ser no nome do candidato; no nome do(a) esposo(a) - sendo necessária a juntada da certidão de casamento; no caso de candidato que more com os pais, o comprovante poderá ser no nome dos genitores - sendo necessária a juntada de documento que comprove a filiação. No caso de candidato que more de aluguel, será necessário a apresentação de cópia do comprovante de residência acompanhado do Contrato de Locação de Imóvel Residencial com firma reconhecida em cartório, ou Recibo de Pagamento de Aluguel do último mês, com firma reconhecida em cartório. No caso de candidato que não preencha nenhum dos requisitos citados acima, o candidato deverá apresentar cópia do comprovante de residência no nome do proprietário do imóvel acompanhado de declaração de residência assinado pelo proprietário do imóvel com firma reconhecida em cartório, na qual se responsabilize civil e criminalmente pela veracidade das informações prestadas. O comprovante de residência deverá ser dos últimos dois meses anteriores a data de inscrição.
 - Cópia simples do comprovante de escolaridade (diploma/certificado ou histórico escolar ou certidão/declaração de conclusão do Ensino Médio);
 - Cópia simples do Curso de Formação Inicial para Agente Comunitário de Saúde, com carga horária mínima de 40 horas;
 - Cópia simples do Certificado do Curso Básico de Informática (mínimo 40 horas);
 - Cópia simples da relação de tempo de serviço;
 - Cópia simples dos títulos;
 - Instrumento procuratório específico com firma reconhecida, se candidato inscrito através de procurador;
 - Declaração de não utilização do tempo de serviço de aposentadoria, conforme ANEXO 03. (Obs.: item obrigatório para todos os candidatos);
 - 01 (uma) foto 3x4 recente;
- 5.4.** As cópias simples dos documentos exigidos no item 5.3, serão autenticadas no momento da convocação;
- 5.5.** As inscrições serão realizadas impreterivelmente no horário de 07h às 13h, sendo que os candidatos que comparecerem após este período não terão seus envelopes protocolizados, seja qual for o motivo alegado;
- 5.6.** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF;
- 5.7.** Não serão aceitas, em hipótese alguma, inscrições por via postal, fac-símile, ou fora do período estabelecido neste Edital;
- 5.8.** Compete ao candidato, a responsabilidade pela escolha dos documentos a serem apresentados;
- 5.9.** O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador;
- 5.10.** Será indeferida a inscrição do candidato que não apresentar todos os documentos/itens exigidos no item 5.3 (exceto tempo de serviço e títulos, que são facultativos);
- 5.11.** Somente será permitida uma inscrição por candidato, devendo informar a microárea na Ficha de Inscrição
- 5.12.** Os candidatos, no ato da inscrição, deverão entregar envelope identificado e lacrado conforme modelo de remetente – ANEXO 02, contendo a documentação necessária conforme dispõe este Edital;
- 5.13.** Após a entrega dos envelopes lacrados e protocolização da inscrição, não será permitida a juntada ou retirada de documentos;
- 5.14.** A inscrição é gratuita.
- 6. DO PROCESSO SELETIVO**
- 6.1.** A seleção será realizada em etapa única, constituída de Avaliação de Experiência e Qualificação Profissional, que será dividida em dois critérios:
- Tempo de Serviço;
 - Titulação.
- 6.2.** A lista de classificação dos candidatos inscritos será divulgada no site do Município de Rio Novo do Sul (www.rionovodosul.es.gov.br) e na forma da Lei Orgânica Municipal.
- 7. DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO**
- 7.1.** A Avaliação de Experiência e Qualificação Profissional será pontuada numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos e serão utilizados os seguintes critérios de pontuação:

DISCRIMINAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Tempo de Serviço	50
Titulação	50

A. Distribuição de Pontos de Tempo de Serviço:

DISCRIMINAÇÃO	CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Tempo de Serviço somente na função.	01 (um) ponto por mês completo de trabalho.	50 PONTOS

B. Distribuição de Pontos de Titulação:

ITEM	CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
B-1	Títulos diversos relacionados à área de saúde. Cursos de capacitação profissional, treinamentos, participações em palestras, congressos, etc. Apresentação de certificados ou declarações com carga horária igual ou superior a 100 (cem) horas, realizados nos últimos 05 anos.	10 (dez) pontos por título	30 (trinta) pontos

B-2	Títulos diversos relacionados à área de saúde. Cursos de capacitação profissional, treinamentos, participações em palestras, congressos, etc. Apresentação de certificados ou declarações com carga horária entre 40 (quarenta) e 99 (noventa e nove) horas, realizados nos últimos 05 anos.	05 (cinco) pontos por título	15 (quinze) pontos
B-3	Títulos diversos relacionados à área de saúde. Cursos de capacitação profissional, treinamentos, participações em palestras, congressos, etc. Apresentação de certificados ou declarações com carga horária igual ou inferior a 39 (trinta e nove) horas, realizados nos últimos 05 anos.	2,5 (dois vírgula cinco) pontos por título	05 (cinco) pontos
TOTAL			50 PONTOS

- 7.2. O tempo de serviço deverá ser comprovado através de atestado do respectivo órgão indicando o tempo de efetivo exercício, com a assinatura e o carimbo que identifique o responsável pela declaração/informação;
- 7.3. O tempo de serviço prestado em Órgão Público será comprovado através de documento expedido pelo Poder Federal, Estadual ou Municipal, conforme o âmbito da prestação da atividade, em papel timbrado, com carimbo do órgão expedidor, datado e assinado pelo Departamento de Pessoal/Recursos Humanos da Secretaria de Administração ou Secretaria equivalente, não sendo aceitas, sob hipótese alguma, declarações expedidas por qualquer órgão que não especificado neste item. Os documentos que comprovem o tempo de serviço em Órgão Público devem ser apresentados em CÓPIA SIMPLES;
- 7.4. O tempo de serviço prestado a empresa privada será comprovado através de CÓPIA SIMPLES da carteira de trabalho física ou da Carteira de Trabalho Digital expedida pelo Ministério do Trabalho e Previdência, e deverão apresentar de forma legível a data de admissão e saída. No caso de contrato de trabalho em vigor (carteira sem data de saída), o candidato deverá também anexar declaração do empregador, em papel timbrado, com carimbo, data e assinatura do responsável pela emissão da declaração, atestando o término ou continuidade do contrato;
- 7.5. Para comprovação do tempo de serviço prestado a empresa privada através da carteira de trabalho física, obrigatoriamente o candidato deverá apresentar CÓPIA SIMPLES da página da foto, página da qualificação civil e páginas com os contratos de trabalho, caso contrário não serão considerados para pontuação;
- 7.6. Para fins de pontuação serão considerados 30 (trinta) dias para contabilização de 01 (um) mês de trabalho. Serão somados os dias do período de trabalho e dividido por 30, considerando apenas os números inteiros, sem arredondamentos (sem considerar os números após a vírgula);
- 7.7. Será computado o tempo de serviço prestado somente na função;
- 7.8. Não será computado o tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo, emprego público ou de empresa privada;
- 7.9. Não será computado o tempo de serviço prestado através de estágio e mediante prestação de serviços autônomos;
- 7.10. O tempo de serviço já computado na aposentadoria não será considerado para contagem de pontos no processo seletivo;
- 7.11. Se comprovado a emissão de declaração falsa, o declarante será responsabilizado civil e criminalmente pela ação nos termos da Lei;
- 7.12. O candidato selecionado poderá a qualquer tempo ter seu contrato rescindido por apresentação de documentos falsos, sendo responsabilizado civil e criminalmente pela ação;
- 7.13. Somente serão considerados para efeito de pontuação do Item 7.1, letra B (B-1, B-2 e B-3), os títulos realizados nos últimos 05 (cinco) anos contados a partir da data de publicação deste edital. Serão considerados os títulos realizados no período de 17/08/2018 a 17/08/2023;
- 7.14. Os certificados/declarações de participação em treinamentos, palestras, congressos, conferências, seminários, webnários, etc., obrigatoriamente deverão apresentar o nome do candidato, nome do evento, carga horária e período de realização com a data de início e data de término. Os certificados/declarações que não cumprirem essas condições, não serão considerados para pontuação neste Processo Seletivo Simplificado;
- 7.15. Os certificados dos cursos de capacitação profissional obrigatoriamente deverão apresentar o nome do candidato, nome do curso, conteúdo programático, carga horária, período de realização com a data de início e data de término. Os certificados que não cumprirem essas condições, não serão considerados para pontuação ou comprovação dos requisitos mínimos neste Processo Seletivo Simplificado;
- 7.15.1. Caso o certificado não tenha as informações necessárias, o candidato poderá juntar documento expedido pela empresa/instituição de ensino no qual realizou o curso, com o intuito de complementar as informações. Este documento deverá ser anexado junto ao certificado dentro do envelope no momento de inscrição. Após protocolização da inscrição, não será permitida a juntada de novos documentos;
- 7.16. A carga horária dos certificados/declarações deve ser compatível com a carga horária do período de realização do curso de capacitação ou de participação em eventos, caso contrário, não serão considerados para pontuação ou comprovação dos requisitos mínimos neste Processo Seletivo Simplificado;
- 7.17. Não serão pontuados os certificados/declarações dos cursos de capacitação e de participação em eventos com data posterior a data de abertura deste Processo Seletivo Simplificado;
- 7.18. Não serão considerados para comprovação dos requisitos mínimos o Curso de Formação Inicial para Agente Comunitário de Saúde e Curso Básico de Informática com data posterior a data de abertura deste Processo Seletivo Simplificado;
- 7.19. Em caso de apresentação de certificados/declarações dos cursos de capacitação e de participação em eventos com conteúdos programáticos idênticos, será considerado apenas o título de maior carga horária, ainda que realizados em diferentes empresas/instituições de ensino. Em caso de cargas horárias idênticas, será considerado apenas um dos títulos, dando-se preferência ao mais recente;

- 7.20.** Em caso de apresentação certificados/declarações dos cursos de capacitação e de participação em eventos realizados concomitantemente, serão analisadas as datas em que os mesmos foram realizados e, havendo identidade de período de tempo igual ou superior a 50% (cinquenta por cento), será considerado apenas o título de maior carga horária. Em caso de cargas horárias idênticas, será considerado apenas um dos títulos, dando-se preferência ao mais recente;
- 7.21.** Os cursos obrigatórios para cumprimento dos requisitos específicos (Curso de Formação Inicial para Agente Comunitário de Saúde e Curso Básico de Informática) não poderão ser concomitantes com os demais títulos do Item 7.1, letra B (B-1, B-2 e B-3). Serão analisadas as datas em que os mesmos foram realizados e, havendo identidade de período de tempo igual ou superior a 50% (cinquenta por cento), será considerado apenas o curso obrigatório, independente da carga horária;
- 7.22.** Os cursos obrigatórios para cumprimento dos requisitos específicos (Curso de Formação Inicial para Agente Comunitário de Saúde e Curso Básico de Informática) não poderão ser concomitantes entre si. Serão analisadas as datas em que os mesmos foram realizados e, havendo identidade de período de tempo igual ou superior a 50% (cinquenta por cento), será considerado apenas o título de maior carga horária. Em caso de cargas horárias idênticas, será considerado apenas um dos títulos, dando-se preferência ao mais recente;
- 7.23.** Os cursos com emissão de “certificação online” emitidos por instituições privadas, somente serão aceitos mediante código de validação ou se puder ser convalidado pelo órgão emissor;
- 7.24.** Só serão pontuados os cursos oferecidos por instituições reconhecidas ou autorizadas nos termos da lei;
- 7.25.** Os documentos comprovadores dos requisitos mínimos exigidos não pontuam, sendo que o candidato terá sua inscrição indeferida caso não os apresente;
- 7.26.** A nota final do candidato será a somatória da pontuação de Tempo de Serviço e Titulação.

8.DA CLASSIFICAÇÃO E DO DESEMPATE

- 8.1.** A classificação dos candidatos será divulgada por número de inscrição e nome do candidato e consistirá na somatória da pontuação de Tempo de Serviço e Titulação;
- 8.2.** Os candidatos serão classificados por ordem decrescente do valor da nota final;
- 8.3.** Nos casos de empate na classificação, o desempate obedecerá à seguinte ordem de prioridade:
- Os candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos terão a idade como primeiro critério de desempate, hipótese em que terá preferência o mais idoso;
 - O candidato que obtiver maior número de pontos no tempo de serviço;
 - O candidato que obtiver maior número de pontos nos títulos;
 - De maior idade;
 - Ordem alfabética.

9.DOS RECURSOS

- 9.1.** Os pedidos de recursos do resultado da classificação serão dirigidos à Secretaria Municipal de Administração/Comissão de Processo Seletivo Simplificado, situada à Rua Capitão Bley, n.º 08, Centro, Rio Novo do Sul/ES, através de texto digitado, ou escrito com letra legível, no prazo de 02 (dois) dias úteis, imediatamente após a divulgação oficial da classificação, e será julgado pela Comissão designada para realização do presente Processo Seletivo Simplificado, conforme ANEXO 04;
- 9.2.** Os pedidos de recursos serão protocolizados na sede da Prefeitura, situada à Rua Capitão Bley, n.º 08, Centro, Rio Novo do Sul/ES, no horário de 07h às 13h;
- 9.3.** O pedido de recurso que for apresentado fora do prazo não será conhecido;
- 9.4.** O pedido de recurso deverá possuir argumentação lógica e consistente para cada situação recorrida;
- 9.5.** O pedido de recurso que não estiver devidamente fundamentado será imediatamente indeferido;
- 9.6.** Os pedidos de recursos serão julgados pela comissão, no prazo de até 02 (dois) dias úteis após o término do prazo de recurso, sendo divulgada nova classificação após recursos na data estabelecida no cronograma;
- 9.7.** Caso o candidato não esteja de acordo com o julgamento da comissão terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para requerer revisão ao Prefeito Municipal, que o julgará em 02 (dois) dias úteis com a devida publicação da decisão na data estabelecida no cronograma;
- 9.8.** O pedido de revisão ao Prefeito Municipal será realizado através de requerimento protocolizado dentro do período informado no cronograma, no horário de 07h às 13h, por meio de texto digitado ou escrito com letra legível e deverá possuir argumentação lógica e consistente para cada situação recorrida. O requerimento deverá conter as seguintes informações: nome completo do candidato, número de inscrição, função pleiteada e assinatura do candidato;
- 9.9.** Os resultados dos pedidos de recursos e pedidos de revisão serão publicados no site oficial do Município de Rio Novo do Sul (www.rionovodosul.es.gov.br);
- 9.10.** Não será permitida a juntada dos documentos/itens descritos no item 5.3, após o período de inscrições.

10. DA CONVOCAÇÃO

- 10.1.** A convocação dos classificados será efetuada de acordo com a classificação e necessidade da municipalidade, através de edital publicado no site oficial do Município de Rio Novo do Sul (www.rionovodosul.es.gov.br) e na forma da Lei Orgânica Municipal;
- 10.2.** Por cortesia, o Município procederá a 03 (três) tentativas de contato através do número de telefone informado pelo candidato na Ficha de Inscrição a fim de avisá-lo da convocação;
- 10.3.** É responsabilidade do candidato manter atualizados e em funcionamento os números de telefone informados na Ficha de Inscrição;
- 10.4.** O candidato não poderá alegar desconhecimento da publicação do edital de convocação, sendo sua a responsabilidade de acompanhar, durante toda a validade deste Processo Seletivo, as publicações oficiais;
- 10.5.** O candidato convocado deverá apresentar os documentos originais para autenticação das cópias simples exigidas no item 5.3, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Capitão Bley, n.º 08, Centro, Rio Novo do Sul/ES, CEP: 29.290-000 (Ao lado da Secretaria Municipal de Assistência Social), no horário de 07h às 13h;
- 10.6.** A não apresentação (ou apresentação irregular) dos documentos originais exigidos para autenticação das cópias acarretará a eliminação do candidato, com a convocação daquele classificado em posição imediatamente posterior;
- 10.7.** O candidato convocado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação do edital de convocação, para autenticar os documentos conforme descrito nos itens 10.5 e 10.6 e se apresentar ao Setor de Recursos Humanos, munido de todos os documentos e exames exigidos para formalização do contrato;

- 10.8.** Caso necessário o candidato poderá solicitar prorrogação do prazo para autenticação e/ou apresentação dos documentos e exames por mais 05 (cinco) dias úteis, através de requerimento que deverá ser protocolizado na sede da Prefeitura Municipal dentro do prazo inicial que se refere o item 10.7, no horário de 07h às 13h;
- 10.9.** Caso o candidato protocolize o requerimento de prorrogação conforme item 10.8, serão concedidos mais 05 (cinco) dias úteis para autenticação e apresentação dos documentos e exames, sendo o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;
- 10.10.** O não comparecimento do candidato classificado no prazo da convocação, implicará na automática eliminação independente dos motivos ou impedimentos que geraram a situação;
- 10.11.** A desistência do candidato na chamada, pela ordem de classificação, será documentada pela Área de Recursos Humanos e assinada pelo candidato desistente;
- 10.12.** O candidato não poderá ter outro vínculo de emprego, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal;
- 10.13.** Para o exercício da função pública, o candidato convocado deverá atender aos seguintes requisitos:
- a) Não se enquadrar na vedação de acúmulo de cargos, conforme previsto no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal;
 - b) Estar em dia com as obrigações eleitorais;
 - c) Estar em dia com as obrigações do serviço militar (somente para candidatos do sexo masculino);
 - d) Apresentar todos os documentos e exames solicitados pela Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul, dentro do prazo determinado no edital de convocação;
 - e) Ser aprovado na perícia médica.
- 10.14.** Após a convocação para assumir a vaga e a devida autenticação dos documentos, o candidato deverá comparecer ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul, localizado na Praça Áureo Viana, n.º 06, Casa do Cidadão, Centro, Rio Novo do Sul/ES, CEP: 29.290-000, munido das cópias e originais dos seguintes documentos e exames para formalização do contrato:
- 10.14.1.** Documentos para contrato:
- a) Uma fotografia tamanho 3x4 recente, colorida;
 - b) Carteira de Trabalho;
 - c) Certidão Nascimento ou Casamento;
 - d) Carteira de Identidade;
 - e) CPF e Comprovante de Situação Cadastral no CPF;
 - f) Comprovante de regularidade com as obrigações militares (homens);
 - g) Título de Eleitor;
 - h) Comprovante de Quitação Eleitoral;
 - i) Comprovante de Escolaridade;
 - j) Comprovante de Residência;
 - k) Cartão PIS/PASEP (se tiver);
 - l) CPF dos filhos (se tiver);
 - m) Certidão dos Filhos menores de 14 anos mais o Cartão de Vacina;
 - n) Certidão Negativa Criminal, expedida pela Justiça Estadual e pela Justiça Federal;
 - o) Qualificação Cadastral e Social;
 - p) INFORMAR: (se tiver) conta corrente para pagamento BANCO DO BRASIL ou BANESTES.
- 10.14.2.** Exames:
- a) Hemograma completo com contagem de plaquetas;
 - b) VDRL;
 - c) EAS (URINA);
 - d) EPF (FEZES).
- 10.15.** O Custeio dos exames será de responsabilidade do candidato;
- 10.16.** Após entrega dos documentos e exames o candidato convocado será submetido à perícia médica, para avaliar se o mesmo tem aptidão para exercer as atividades da função pública pleiteada;
- 10.17.** A perícia médica será realizada pela Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul;
- 10.18.** O agendamento da perícia médica será realizado junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul;
- 10.19.** Caso necessário, o médico perito poderá solicitar novos exames para o candidato convocado;
- 10.20.** Após realização da perícia médica, o candidato que for considerado inapto, será automaticamente eliminado, com a convocação daquele classificado em posição imediatamente posterior;
- 10.21.** Somente entrará em exercício da função o candidato que for aprovado na perícia médica.
- 11. DA REMUNERAÇÃO E SITUAÇÃO FUNCIONAL**
- 11.1.** Para efeito de remuneração, deverá ser observado o disposto na lei municipal.
- 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**
- 12.1.** As irregularidades constantes no processo seletivo serão objeto de sindicância e os infratores estarão sujeitos às penalidades previstas na lei;
- 12.2.** Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração, juntamente com a Comissão de Processo Seletivo Simplificado e em última instância pelo Prefeito Municipal, observados os princípios e normas que regem a administração pública;
- 12.3.** Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das instruções contidas neste Edital;
- 12.4.** Toda a documentação entregue pelo candidato conforme solicitado neste Edital não será devolvida, ficando arquivada nos autos do processo e será remetida a Área de Recursos Humanos para destinação competente;
- 12.5.** De acordo com a legislação processual civil em vigor é a Comarca do Município de Rio Novo do Sul/ES o foro competente para processar e julgar as demandas judiciais relativas ao presente processo seletivo;
- 12.6.** Concluído o processo de seleção de que trata este edital, sempre que necessário, o município viabilizará nova chamada dos candidatos já classificados.
- 13. DO CRONOGRAMA**

DATA	PROCEDIMENTOS
18/08/2023 a 24/08/2023	Período de inscrições.
28/08/2023	Publicação do resultado preliminar (classificação).
29/08/2023 a 30/08/2023	Prazo para pedido de recurso.
01/09/2023	Publicação do resultado dos recursos.
04/09/2023 a 05/09/2023	Prazo para pedido de revisão ao Prefeito Municipal.
08/09/2023	Publicação da decisão do Prefeito Municipal.
08/09/2023	Data prevista para publicação do Resultado Definitivo e Homologação do Processo Seletivo.

- 13.1.** O cronograma poderá ser modificado a critério da Comissão diante de fatos de relevante interesse público ou atraso na realização das fases pré-programadas;
- 13.2.** Na ausência de interposição de recurso ou pedido de revisão, a data de homologação poderá ser antecipada nos respectivos prazos, respeitado o prazo de publicidade;
- 13.3.** São partes integrantes do Edital os seguintes anexos:
 ANEXO 01 – FICHA DE INSCRIÇÃO
 ANEXO 02 – IDENTIFICAÇÃO DO ENVELOPE
 ANEXO 03 – DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO DE APOSENTADORIA
 ANEXO 04 – FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE RECURSO
 ANEXO 05 – ATRIBUIÇÕES DO CARGO/FUNÇÃO
 ANEXO 06 – MAPEAMENTO DA ESF 04 MICROÁREA 04
 ANEXO 07 – MAPEAMENTO DA ESF 06 MICROÁREA 03
- 13.4.** Este Edital entra em vigor na data de sua publicação;
- 13.5.** Revogam-se as disposições em contrário.
- Rio Novo do Sul/ES, 17 de Agosto de 2023.

FILIPPE ROBSON MOULIM DA PASCHOA
 Presidente da Comissão

ANDRESSA MOREIRA VIEIRA SILVA
 Membro da Comissão

CLAUDIANE LOUZADA WETLER
 Membro da Comissão

HOMOLOGO OS TERMOS DO PRESENTE PROCESSO SELETIVO N.º 23/2023
 EDITAL N.º 01/2023

JOCENEI MARCONCINI CASTELARI
 Prefeito Municipal

FOTO 3x4

COLE AQUI

ANEXO 01
FICHA DE INSCRIÇÃOPREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL/ES
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 23/2023

FICHA DE INSCRIÇÃO			Nº
Nome:		Telefone para contato:	
CPF: _____.____.____-____	Identidade nº:	Data de Nascimento: ____ ____ ____	
Endereço:			
Bairro:	Município:	CEP:	UF:
FUNÇÃO PÚBLICA: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE			
MICROÁREA ESCOLHIDA (ASSINALE COM UM X A SUA OPÇÃO):			
<input type="checkbox"/> ESF 04 – MICROÁREA 04		<input type="checkbox"/> ESF 06 – MICROÁREA 03	
ASSINALE COM X OS DOCUMENTOS APRESENTADOS:			
<input type="checkbox"/>	Cópia simples da Carteira de Identidade, CNH ou Carteira de Trabalho.		
<input type="checkbox"/>	Cópia simples do CPF.		
<input type="checkbox"/>	Cópia simples do comprovante de residência.		
<input type="checkbox"/>	Cópia simples do comprovante de escolaridade (certificado <u>ou</u> histórico escolar <u>ou</u> declaração de escolaridade).		
<input type="checkbox"/>	Cópia simples do Curso de Formação Inicial para Agente Comunitário de Saúde, com carga horária mínima de 40h.		
<input type="checkbox"/>	Cópia simples do Curso Básico de Informática, com carga horária mínima de 40h.		
<input type="checkbox"/>	Cópia simples da relação de tempo de serviço (____) n° folhas.		
<input type="checkbox"/>	Cópia simples da titulação (certificados, diplomas, declarações, etc.) (____) n° folhas.		
<input type="checkbox"/>	Instrumento procuratório específico com <u>firma reconhecida</u> , se candidato inscrito através de procurador.		
<input type="checkbox"/>	Declaração de não utilização de tempo de serviço de aposentadoria, conforme ANEXO 03.		
<input type="checkbox"/>	Foto 3x4 recente.		
Data: ____ ____ ____	DECLARO QUE ESTOU CIENTE E DE ACORDO COM OS TERMOS DO PRESENTE EDITAL.		
	_____ Assinatura do candidato		

ANEXO 02
IDENTIFICAÇÃO DO ENVELOPE

Nome:	
CPF:	
Endereço:	
Telefones:	
E-mail:	
Função Pleiteada:	
Declaro serem verdadeiras as informações e os documentos encaminhados por meio deste envelope em ____/____/_____.	
_____ Assinatura do Candidato (igual ao do Documento de Identidade)	

ANEXO 03

DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO DE APOSENTADORIA ASSINALE COM "X" A SUA SITUAÇÃO:

- DECLARO QUE SOU APOSENTADO E QUE OS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE TEMPO DE SERVIÇO APRESENTADOS NA MINHA INSCRIÇÃO NÃO FORAM AVERBADOS PARA FINS DE APOSENTADORIA.
- DECLARO QUE SOU APOSENTADO E QUE NÃO APRESENTEI DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE TEMPO DE SERVIÇO NA MINHA INSCRIÇÃO.
- DECLARO QUE NÃO SOU APOSENTADO.

Rio Novo do Sul/ES, em _____ de _____ de _____.

(Assinatura)

Nome:

CPF:

peças com sinais ou sintomas de doenças agudas ou crônicas, de agravos ou de eventos de importância para a saúde pública e consequente encaminhamento para a unidade de saúde de referência.

No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, são consideradas atividades típicas do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação:

- I.** A utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural;
- II.** O detalhamento das visitas domiciliares, com coleta e registro de dados relativos a suas atribuições, para fim exclusivo de controle e planejamento das ações de saúde;
- III.** A mobilização da comunidade e o estímulo à participação nas políticas públicas voltadas para as áreas de saúde e socioeducacional;
- IV.** A realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para acolhimento e acompanhamento:
 - a) Da gestante, no pré-natal, no parto e no puerpério;
 - b) Da lactante, nos seis meses seguintes ao parto;
 - c) Da criança, verificando seu estado vacinal e a evolução de seu peso e de sua altura;
 - d) Do adolescente, identificando suas necessidades e motivando sua participação em ações de educação em saúde, em conformidade com o previsto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
 - e) Da pessoa idosa, desenvolvendo ações de promoção de saúde e de prevenção de quedas e acidentes domésticos e motivando sua participação em atividades físicas e coletivas;
 - f) Da pessoa em sofrimento psíquico;
 - g) Da pessoa com dependência química de álcool, de tabaco ou de outras drogas;
 - h) Da pessoa com sinais ou sintomas de alteração na cavidade bucal;
 - i) Dos grupos homossexuais e transexuais, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças;
 - j) Da mulher e do homem, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças.
- V.** Realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para identificação e acompanhamento:
 - a) De situações de risco à família;
 - b) De grupos de risco com maior vulnerabilidade social, por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e de educação em saúde;
 - c) Do estado vacinal da gestante, da pessoa idosa e da população de risco, conforme sua vulnerabilidade e em consonância com o previsto no calendário nacional de vacinação.
- VI.** O acompanhamento de condicionalidades de programas sociais, em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, desde que o Agente Comunitário de Saúde tenha concluído curso técnico e tenha disponíveis os equipamentos adequados, são atividades do Agente, em sua área geográfica de atuação, assistidas por profissional de saúde de nível superior, membro da equipe:

- I.** A aferição da pressão arterial, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência;
- II.** A medição de glicemia capilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência;
- III.** A aferição de temperatura axilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, com o devido encaminhamento do paciente, quando necessário, para a unidade de saúde de referência;
- IV.** A orientação e o apoio, em domicílio, para a correta administração de medicação de paciente em situação de vulnerabilidade;
- V.** A verificação antropométrica.

No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, são consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde compartilhadas com os demais membros da equipe, em sua área geográfica de atuação:

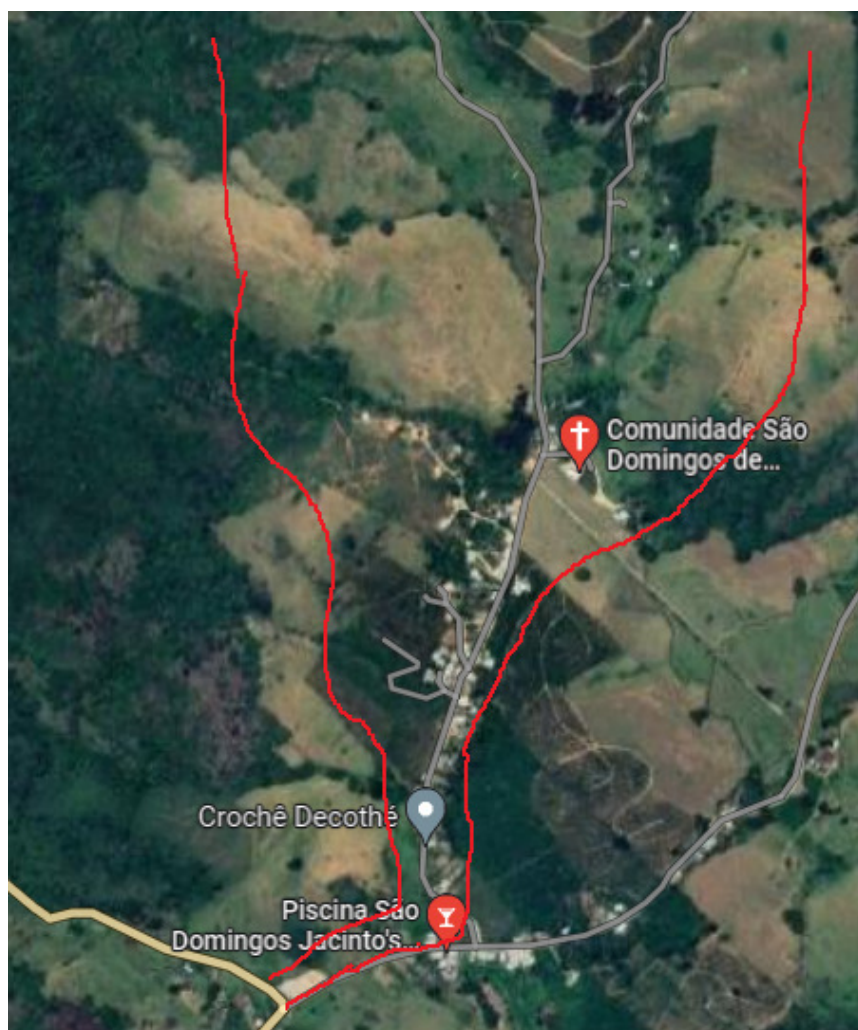
- I.** A participação no planejamento e no mapeamento institucional, social e demográfico;
- II.** A consolidação e a análise de dados obtidos nas visitas domiciliares;
- III.** A realização de ações que possibilitem o conhecimento, pela comunidade, de informações obtidas em levantamentos socioepidemiológicos realizados pela equipe de saúde;
- IV.** A participação na elaboração, na implementação, na avaliação e na reprogramação permanente dos planos de ação para o enfrentamento de determinantes do processo saúde-doença;
- V.** A orientação de indivíduos e de grupos sociais quanto a fluxos, rotinas e ações desenvolvidos no âmbito da atenção básica em saúde;
- VI.** O planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de ações em saúde;
- VII.** O estímulo à participação da população no planejamento, no acompanhamento e na avaliação de ações locais em saúde.

ANEXO 06

MAPEAMENTO ESF 04 – MICROÁREA 04

Observação: Agente Comunitário de Saúde atende dentro da área demarcada de vermelho.





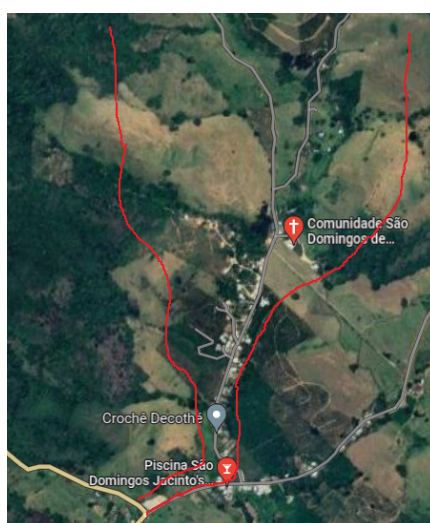
Rua Cel. Francisco Alves Athayde – lado esquerdo – nº 01 Casa Limite – Casa do Sr. Gilson Togneri – Filha Jânia Togneri



Rua Cel. Francisco Alves Athayde/entrada de Baixo São Vicente – lado esquerdo – nº 02 Casa Limite – Casa do Sr. Juninho Dirr



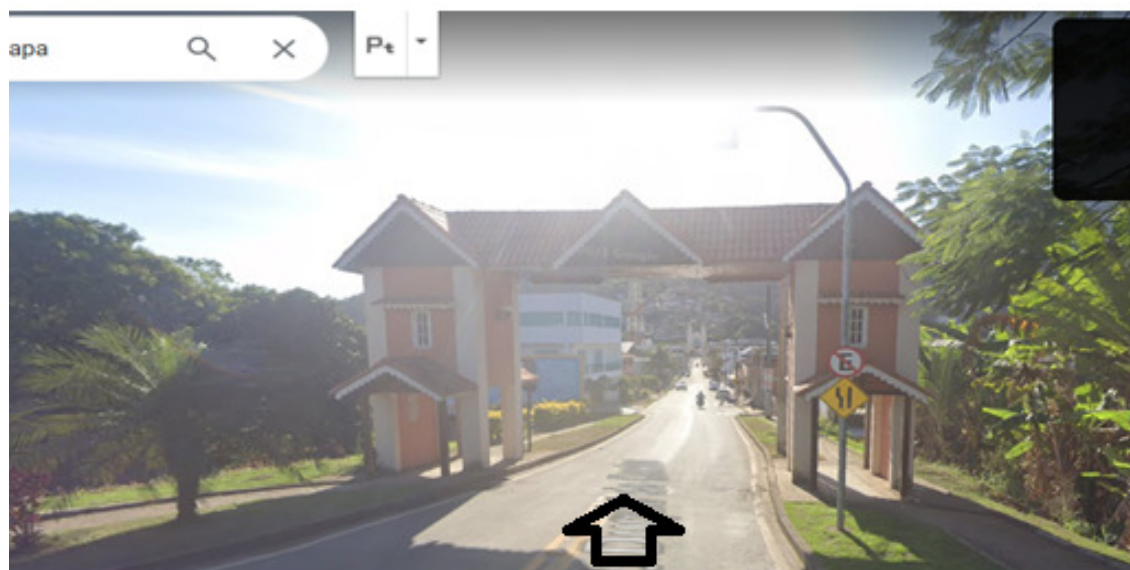
Rua Estrada de São Vicente – Baixo São Vicente – lado esquerdo – nº 03 última Casa Limite – Casa do Sr. Bento Damião.



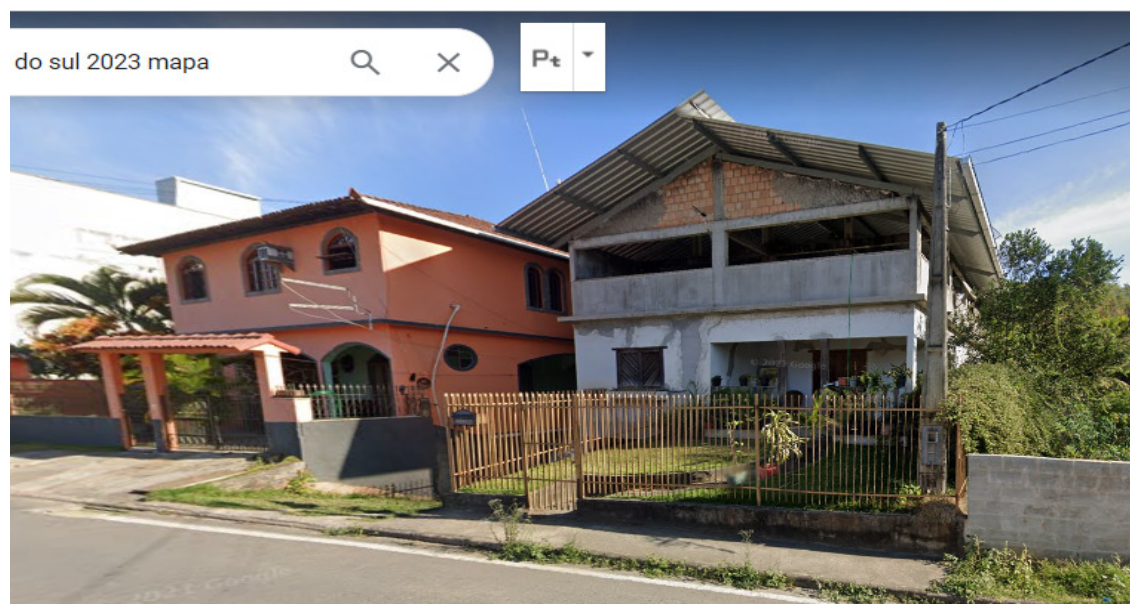
Rua Sofia Hemerly lado esquerdo sentido centro de Rio Novo do Sul para São Caetano – Casa de Luiz Giovanelli, Carlinhos Correia (bar/casa) e Leticia Correia e toda Comunidade de São Domingos.

ANEXO 07

MAPEAMENTO ESF 06 – MICROÁREA 03



Descendo a Rua Osório Vianna casas limite 01 Casa do lado esquerdo Rozane Lúcia Sheidegger lado direito casa da Senhora Flávia Morello.



Casa limite - lado esquerdo da senhora Rozane Lúcia Sheidegger.



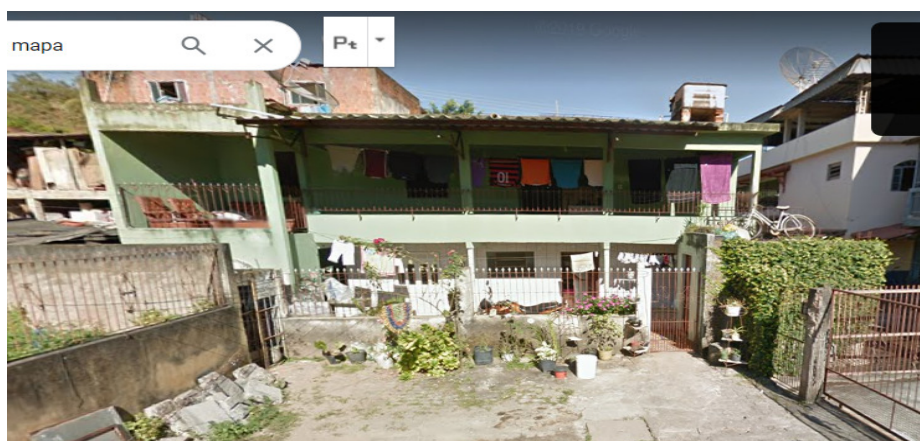
Casa limite - lado direito casa da Senhora Flávia Morello



Atende a Rua Maria Nascimento Costa do CRAS lado direito, parte lado esquerdo e parte da rua do Beco casa limite da Senhora Vera Lúcia Nunes dentro da marcação de vermelho.



Rua Maria Nascimento Costa – Beco lado esquerdo casa limite – Vera Lucia Nunes



Casa limite – Vera Lucia Nunes

Rua Benjamin Constant (lado direito e esquerdo).

Rua Joaquim Alves (lado direito e esquerdo) – Casa limite – Senhora Lúcia Fiório (observação: exceto a casa de Adriana Fiório) – Casa Limite senhora Neide da Paschoa Garcia.

Rua Maria Elias Mameri (lado direito e esquerdo).

Rua Sinézio Emilio Rohr (lado direito e esquerdo).

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL / ES

JOCENEI MARCONCINI CASTELARI

Prefeito Municipal

MARCIEL MALINI COSTA

Vice-Prefeito

Secretários Municipais

OTÁVIO DE OLIVEIRA KOPPE

Secretário Municipal de Administração

ARIDELSON GIOVANELLI

Secretário Municipal de Finanças

ANDRÉ SANTOS DE BARROS

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Rural, Industrial e Meio Ambiente

PAULO CESAR DO AMARAL CONTAIFER

Secretário Municipal de Planejamento

ANDRÉ LUIZ FONSECA ZAMBI

Secretário Municipal de Esportes, Lazer, Turismo e Cultura

DAYANA PESSINI MARCONSINI MARIN

Secretária Municipal de Educação

JOCELINO MONTE COLI

Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos

CRISTIANE DE ALMEIDA DUTRA COSTA

Secretária Municipal de Assistência Social

VIVIANI SILVA HEMERLY

Secretária Municipal de Saúde



www.rionovodosul.es.gov.br

Responsável pela Publicação do Órgão Oficial de Rio Novo do Sul:
THAIS EMILIA ROHR LOBO